

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 2012

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Este é o ano do reposicionamento da NUCLEP no cenário industrial. A NUCLEP passou a atender a demanda dos novos mercados, procurando formas de agregar setores carentes de bens e serviços de conteúdo nacional para a fabricação de grandes equipamentos, com a absorção de tecnologia de ponta. Necessário ressaltar que a NUCLEP não poderia iniciar o processo de recuperação se a política governamental não tivesse criado um ambiente favorável, estimulando as encomendas de equipamentos estratégicos e pioneiros em nosso mercado interno. Dessa forma a NUCLEP diversificou o seu perfil e qualificou-se para produzir maquinários de alta tecnologia no segmento *offshore* e nas áreas nuclear, química/petroquímica, naval, siderúrgica, bem como nas de mineração, energia e petróleo e gás. Para nós não são simples áreas de negócio, todos os projetos têm relevância para o futuro do país, seja por estarem associados à exploração do Pré-Sal, ou por serem essenciais para a expansão da matriz energética brasileira. E, neste momento, a missão da NUCLEP ganha um contorno ainda mais importante: o de estar totalmente integrada à estratégia nacional de defesa com sua participação no PROSUB - Programa de Desenvolvimento de Submarinos, decorrente do acordo de cooperação e transferência de tecnologia firmado em 2008 entre Brasil e França, que viabilizará a produção do primeiro submarino brasileiro de propulsão nuclear e de mais quatro submarinos convencionais diesel-elétrico. Vale destacar, no entanto, que o contrato firmado com a ICN - Itaguaí Construções Navais, encarregado da construção dos submarinos, só foi possível graças ao engajamento da NUCLEP para solucionar questões como a da própria localização da UFEM - Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas, hoje instalada em terreno da NUCLEP, e onde será feito o acabamento avançado das seções dos submarinos.

O compromisso da Empresa com o seu próprio futuro e o do Brasil, aliado aos novos desafios do Setor de Bens de Capital, demandaram uma nova maneira de encarar adversidades, sejam elas antigas ou recentes. Projetos da magnitude dos que estão em curso impõem novas práticas e novas ideias para que a NUCLEP se transforme em empresa autossustentável, sem prejuízo de sua missão de empresa estratégica de defesa, que é de fato, e que agora buscamos com reconhecimento legal. Mudanças sempre exigem coragem e determinação, e é assim que os funcionários e a gestão da NUCLEP estão conduzindo a Empresa neste novo tempo. Este é o momento de resolver os problemas originados pelo nosso arcabouço legal, de rediscuti-lo com o objetivo de que a NUCLEP, continuando estatal, possa ganhar agilidade na gestão para garantir eficiência e eficácia na superação dos desafios postos pelo novo nível industrial em que se encontra.

Essa reformulação já começou a surtir efeito. A atual gestão elaborou o Plano de Reposicionamento Estratégico da NUCLEP, aprovado pelo Conselho de Administração, que prioriza fortalece-la como empresa estatal estratégica da indústria de caldeiraria pesada do País.

O Plano de Reposicionamento Estratégico da NUCLEP permitiu acumular forças para um salto de qualidade para recuperar a rentabilidade e a eficiência previstas para os próximos anos com a implementação do novo Planejamento Estratégico 2013-2017, que resultou no também denominado Plano de Reposicionamento Estratégico da NUCLEP. O Plano com o objetivo de elaborar proposta de estrutura organizacional, e traçar novos modelos de gestão, governança e institucional para fazer frente à nova realidade vivida pela NUCLEP define 30 (trinta) Diretrizes Estratégicas, que serão adotadas por meio de projetos específicos, entre os quais podemos destacar o da execução do PPA de Modernização e Adequação da Infraestrutura Fabril, denominado Projeto Inova NUCLEP.

A NUCLEP está sendo modernizada dando-se prioridade a uma visão empresarial que garanta uma gestão de qualidade dos ativos existentes para buscar novas oportunidades. A Empresa persegue hoje uma trajetória de competitividade e crescimento com ações que solucionem as dificuldades no plano institucional, que modernizem os processos de gestão e atendam sua necessidade de investimentos. A meta é tornar a NUCLEP uma empresa moderna, eficiente, ágil e vitoriosa.

Jaime Wallwitz Cardoso
Presidente

PERFIL DA EMPRESA

A Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP, localizada em Itaguaí/RJ, é uma indústria de base produtora de bens de capital sob encomenda, que atua preferencialmente na área de caldeiraria pesada, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI. É uma sociedade de economia mista regida pela Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), pelo Decreto nº 76.805/75 (Decreto de Criação), por seu Estatuto e outros dispositivos legais aplicáveis. Seu objeto social, conforme o Estatuto, é projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados relativos a usinas nucleares, a construção naval e "offshore" e a outros projetos. O Capital Social, subscrito e integralizado, é de R\$ 61.200.000,00 (sessenta e um milhões e duzentos mil reais) representado por 61.200.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo a União detentora de 99,9% das ações da empresa.

A companhia possui sua unidade industrial localizada em Itaguaí - RJ. É a única fábrica estatal de caldeiraria pesada, não seriada, que desempenha sua atividade sob encomenda. Criada em 1975, vinculada ao MCTI, portadora de tecnologias sensíveis inerentes à construção de componentes pesados para os circuitos primário e secundário de centrais nucleoeletrônicas. Tendo como principais produtos, vasos de pressão de reatores, estruturas de núcleos de reatores, pressurizadores, acumuladores, geradores de vapor, condensadores, "racks" para armazenagem de elementos combustíveis, assim como colunas de processos, cascos resistentes de submarinos, plataformas semissubmersíveis, equipamentos e componentes pesados e estruturas metálicas pesadas relativas à construção naval, petroquímica, energia e outros.

I - GESTÃO

NEGÓCIOS DA EMPRESA

Contexto Operacional

Em 2012, a NUCLEP, em prosseguimento ao cumprimento de sua missão, fortaleceu as ações do PPA para cumprimento do Projeto de Modernização da Infraestrutura Fabril - Projeto 13 CT - voltado a incrementar as instalações fabris, e a tonelagem produzida em relação aos anos anteriores, com a incorporação de novas tecnologias de fabricação. No exercício de 2012, a NUCLEP, acima de tudo, priorizou as medidas voltadas ao equilíbrio econômico-financeiro dos projetos em curso na empresa, estabelecendo ajustes de custos fixos com a exploração de sua infraestrutura fabril voltadas ao fortalecimento de seu desempenho empresarial para atender às demandas estratégicas do País no segmento da Indústria Nacional de Bens de Capital, explorando o caráter *intuitu personae* dos contratos firmados com clientes para atender as complexidades e expectativas no segmento de atuação da NUCLEP.

No Plano Plurianual - PPA, a NUCLEP é responsável por duas ações finalísticas, quais sejam a 4930 - Fabricação de Equipamentos Pesados para as Indústrias Nuclear e Pesada de Alta Tecnologia e a 2485 - Capacitação de Profissionais para as Indústrias Nuclear e Pesada, coordenadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Referidas ações estão vinculadas ao planejamento estratégico do Governo Federal através do Programa de Governo "País Rico e País Sem Pobreza".

Diante dos novos desafios a NUCLEP iniciou o seu processo de consolidação em busca da melhoria na sua gestão, objetivando ganho de sinergia e agilidade na tomada de decisões. Iniciou-se o processo de consolidação de suas atividades, com a implantação de sistema corporativo de informação gerencial, buscando melhor balanceamento entre as atividades de projeto e construção.

No contexto da gestão empresarial, para auxiliar a estratégia de crescimento, destacaram-se as seguintes ações da gestão da NUCLEP:

- A) O Plano de Reposicionamento Estratégico da NUCLEP enviado ao MCTI, apresentando como centro da estratégia o processo de revitalização das atividades empresariais da Companhia, destacando-se:**
- a proposição de análise mercadológica e do posicionamento da empresa;
 - a elevação da qualidade dos serviços prestados;
 - a obtenção da redução da dependência financeira do Estado;
 - a consolidação do princípio do empreendedorismo no âmbito da empresa;
 - a implementação de modelo orientado por gestão de processos, indicadores de desempenho e rotinas de avaliação e ajuste, que possibilite a continuidade administrativa da Companhia;
 - a modernização do parque fabril e portuário da empresa;
 - o faturamento em função dos custos incorridos com a crescente produção, de forma a garantir recursos financeiros suficientes não só para a manutenção de seus ativos, como também para o cumprimento das metas estabelecidas e do plano de modernização e ampliação dos serviços em regime de eficiência;
 - uma revisão do arcabouço jurídico e institucional da empresa; e
 - a melhoria das práticas de governança corporativa em conformidade com o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão, sob a orientação da política definida pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).
- B) O início de um novo ciclo de planejamento estratégico da NUCLEP, sintonizado com diretrizes estratégicas calçadas fundamentalmente na sustentabilidade da empresa, uma fábrica de equipamentos pesados que desempenha sua atividade econômica sob encomendas, não seriadas, em regime de concorrência, destacando-se:**
- a busca de soluções por meio da análise mercadológica dos diferentes setores da cadeia produtiva da indústria nacional de bens de capital, e o posicionamento da empresa que atua sem concentrar encomendas para atrair novos investidores e estimular a adoção de novas tecnologias que a permita ser capaz de credenciar-se para a competição nacional e internacional.

Desempenho dos Negócios

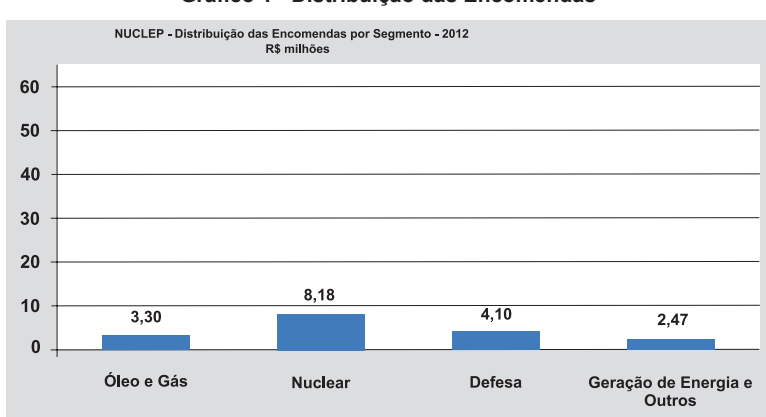
A ampla gama de produtos de alto conteúdo de engenharia e de tecnologia gerados pela empresa no período inclui o fornecimento de componentes nucleares, de blocos estruturais para plataformas semissubmersíveis de produção de petróleo "offshore", construção de suportes de sustentação de emissários submarinos, construção de cascos resistentes para submarinos nacionais, além da produção de componentes diversos para as indústrias nos setores de óleo e gás, naval e defesa, bem como a fabricação de componentes de turbinas para usinas hidrelétricas e termelétricas e componentes pesados para as indústrias "offshore" e de petróleo e gás.

A adoção de novas diretrizes empresariais, estabelecidas pela atual gestão, em atenção à política do Governo Federal de suprir demandas estratégicas da nação de equipamentos e componentes pesados, tem como foco o aumento do conteúdo nacional no fornecimento de bens e serviços. Permitiu à empresa a diversificação de produtos, com a fabricação de obras de grande porte e de alta complexidade técnica. Merecem destaque, em 2012:

- o segmento nuclear, para a Usina Nuclear Angra 3, a assinatura, com a CONFAB, do contrato de fabricação do Suporte do Vaso do Reator;
- o segmento de óleo e gás, a continuidade dos contratos com a EBE - Empresa Brasileira de Engenharia para fabricação e edificação de estruturas metálicas dos módulos das plataformas P-58 e P-62, da Petrobras; EBSE - Empresa Brasileira de Solda Elétrica para a fabricação e edificação de estruturas metálicas e montagem para 4 módulos da plataforma FPSO Cidade de Paraty, para a empresa SBM, do Principado de Mônaco; CONFAB Industrial, para a Industrialização de parte de 01 vaso Knock Out Drum, para a Petrobras; e, industrialização das torres fracionadoras, de vácuo e atmosférica, para a Petrobras/COMPERJ;
- a continuidade do contrato de fornecimento, no segmento nuclear, de equipamentos para a planta química do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo - CTMSP;
- ainda no segmento nuclear, a continuidade dos contratos de fornecimento dos três condensadores de vapor e dos oito vasos acumuladores para a Usina Nuclear Angra 3;
- a continuidade do projeto de fabricação das estruturas e dos cascos resistentes, para 4 (quatro) submarinos da classe Scorpène, de tecnologia francesa, para a Marinha do Brasil - obra de fundamental importância para o interesse nacional, resultado de um acordo de cooperação entre os governos do Brasil e da França. Cumpre ressaltar que a NUCLEP foi selecionada para a construção dos cascos em função da sua experiência, competência técnica e qualidade da sua mão de obra, já que a fabricação destes equipamentos exige pessoal altamente qualificado e um rigoroso controle de qualidade.
- merecem ser ressaltadas as ações feitas para a fabricação de módulos para plataformas "offshore", atendendo a uma das missões da empresa na fabricação de módulos. A NUCLEP, em parceria com outras empresas brasileiras, vem buscando aumentar sua participação neste importante segmento de negócios.

As vendas no ano de 2012 atingiram o valor de R\$ 18.058.583,94, assim distribuídas para os segmentos de negócio.

Gráfico 1 - Distribuição das Encomendas



A evolução das encomendas e consequentes faturamentos, nos últimos anos, podem ser observados, conforme a seguir:

Gráfico 2 - Evolução das Encomendas

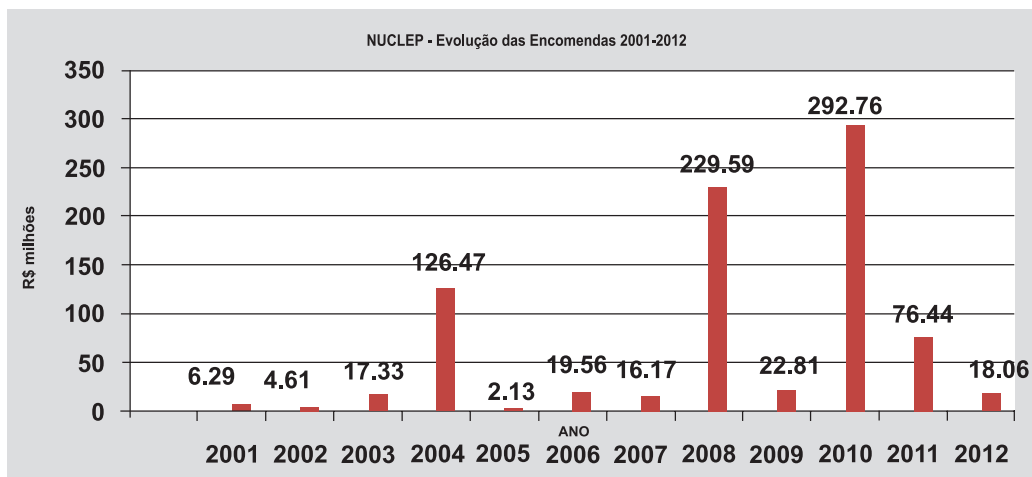
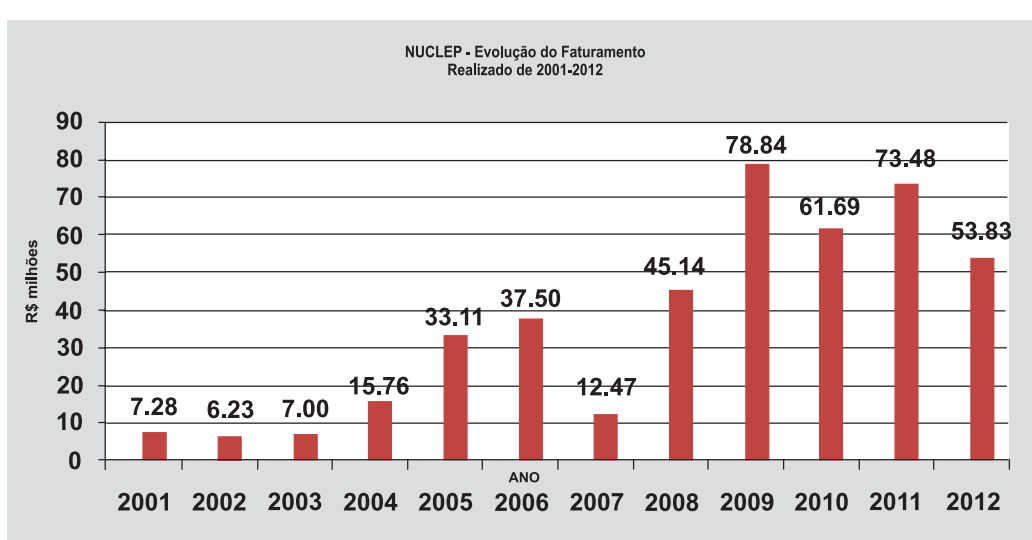


Gráfico 3 - Evolução do Faturamento



Com base nos objetivos estratégicos estabelecidos neste planejamento, quer seja tornar a empresa capaz de contribuir com os programas de Governo na área industrial, quer realizar obras de interesse estratégico para o Estado brasileiro, onde a indústria privada seja não competitiva, a meta estimada de vendas para o exercício de 2013 é da ordem de R\$ 125 milhões.

II - GOVERNANÇA CORPORATIVA

As políticas e práticas de Governança Corporativa da NUCLEP estão focadas na transparência de gestão, no respeito no relacionamento com todos os seus *stakeholders*, no tratamento equitativo e na prestação de contas clara e objetiva de sua atuação, todos alinhados com seu Código de Ética.

O aprimoramento da Governança Corporativa é garantido por uma estrutura de gestão, práticas e instrumentos, que seguem o Estatuto Social, as Políticas e Normas de Organização, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, e as descrições de atribuições de todos os órgãos formais de sua estrutura organizacional.

O modelo se fundamenta, também, na definição dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva no que se refere à formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes a condução dos negócios da Empresa, bem como do Conselho Fiscal, na fiscalização dos atos e das contas da Administração. Foi criado o órgão do Gabinete da Presidência com o objetivo de assistir direta e imediatamente o Presidente em suas atividades executivas, estruturando e sistematizando as atividades básicas e estratégicas da Presidência, de modo a permitir melhor coordenação e interface com as gerências gerais vinculadas ao órgão. O Gabinete do Presidente tem como principais atribuições, dentre outras, assistir o Presidente no desempenho de suas atribuições; examinar e preparar o expediente a ser encaminhado ao Presidente; analisar, distribuir e acompanhar os trabalhos determinados pelo Presidente; coordenar os trabalhos das gerências gerais vinculadas; na coordenação de esforços para o desenvolvimento das melhores práticas de governança corporativa no âmbito da NUCLEP, prestando assessoramento a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e de Administração; e desempenhar outras atividades determinadas pelo Presidente.

A adoção das melhores práticas de governança corporativa tem como objetivo otimizar o desempenho da Instituição, protegendo seu acionista majoritário, a CNEN, autarquia federal, bem como as partes interessadas (*stakeholders*), tais como empregados, credores, trabalhadores e a sociedade em geral. A análise das práticas de governança corporativa aplicadas à NUCLEP deve oferecer, principalmente, transparência, equidade de tratamento dos interessados e prestação de contas.

A Governança Corporativa da NUCLEP é representada pelos relacionamentos da Administração Superior, constituída pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Auditoria Interna, conforme descrição a seguir:

Assembleia Geral de Acionistas

Além dos casos previstos em lei, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se, extraordinariamente, sempre que o interesse da Companhia assim o exigir. As Assembleias Gerais são especialmente convocadas para deliberarem sobre: a alienação, no todo ou em parte, de ações de seu capital social ou de suas controladas; proceder à abertura de seu capital; aumentar seu capital social por subscrição de novas ações; renunciar a direitos de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de empresas controladas; emitir debêntures conversíveis em ações ou vendê-las, se em tesouraria; vender debêntures em ações de sua titularidade de emissão de empresas controladas; ou, ainda, emitir quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no País ou no exterior; promover a cisão, fusão ou incorporação das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, controladas direta ou indiretamente pela União; permutar ações de outros valores mobiliários, de emissão das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, controladas direta ou indiretamente pela União.

Em 2012, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu em abril para aprovar, entre outros assuntos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de 2011 e alterar a composição do Conselho Fiscal.

As Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE) foram realizadas no exercício para deliberar sobre eleição de membros do Conselho e sobre a reforma do Estatuto Social da Empresa.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da NUCLEP é composto por seis membros, todos de nacionalidade brasileira, residentes no país, sendo membros natos o Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN e o Presidente da NUCLEP. Dentre os demais membros, um é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, e os outros, pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O Presidente da Comissão Nacional de Ciência e Tecnologia - CNEN é o Presidente do Conselho de Administração. Os demais 4 (quatro) membros são eleitos pela Assembleia Geral. Esses membros do Conselho de Administração serão eleitos para um período de 3 (três) anos, sendo permissível a reeleição.

O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, a cada trimestre do ano civil e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo Presidente, ou por solicitação de qualquer de seus membros ou da Diretoria.

O Conselho de Administração tem, como algumas de suas atribuições, estabelecer a política e as diretrizes da Companhia, com exceção daquelas que cabem à Assembleia Geral, bem como de supervisionar a operação da Companhia a fim de assegurar o cumprimento dos objetivos da mesma.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da NUCLEP é composto por três membros e três suplentes, todos de nacionalidade brasileira, acionistas ou não, sendo um dos membros efetivos e seu respectivo suplente. Um conselheiro é indicado pelo Ministério da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional. Os conselheiros são eleitos pela Assembleia Geral para um período de 1 (um) ano, sendo permissível a reeleição.

O Conselho Fiscal tem como atribuições examinar e emitir pareceres sobre os balanços patrimoniais e demais demonstrações financeiras, exercendo as atribuições e poderes estabelecidos por lei. Nos termos do estatuto social da NUCLEP, o Conselho Fiscal possui um regimento interno que contém normas sobre seu funcionamento.

O Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, emitiu parecer no ano de 2012, após análise das Demonstrações Contábeis do exercício de 2011 que compreendem o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

O Conselho, tendo por base o parecer emitido pela auditoria externa INDEP - Auditores Independentes S/S, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da NUCLEP.

O Conselho Fiscal também examinou a reelaboração das Demonstrações Financeiras 2010, conforme Nota Explicativa nº 2 que foi elaborada em função da mudança da política contábil e retificação de erros, inclusive o Parecer Técnico sobre Mudança de Critério Contábil elaborada pelo Prof. Contador Hugo Rocha Braga, de 28 de março de 2012.

III - RECURSOS HUMANOS

Ressaltamos, que ao longo de 2012, aprimoramos os processos com o objetivo de torná-los compatíveis com a estrutura da área de Recursos Humanos (AG), bem como analisá-los de acordo com a cultura de Administração de Recursos Humanos vigente na Empresa.

Modelo de Gestão de Recursos Humanos

A Política de Recursos Humanos deverá ser paulatinamente melhorada, tendo como metas o resgate da autoestima, a motivação e a qualificação de nossos colaboradores.

O modelo introduzindo baseou-se na Gestão por Processos e no revigoramento das áreas já tradicionais de RH, sendo então a Gerência Geral de Recursos Humanos, reestruturada e organizada da seguinte forma:

- 1 (uma) Coordenação com 4 (quatro) grupos de atividades: Folha de Pagamento, Registro e Movimentação, Controle de HH e Cargos e Remuneração;
- 2 (duas) Assistências, sendo 1 (uma) Assistência com 4 (quatro) grupos de atividades: Planejamento e Monitoramento, Contratos, Serviço Social, Benefícios e Plano Médico; e a outra Assistência com 3 (três) grupos de atividades: Ambientação, Treinamento e Avaliação de Desempenho.

De forma a contemplar todas as atividades administrativas rotineiras à gestão de RH, buscou-se, também, melhorar o atendimento aos nossos clientes, com o "upgrade" em nossos sistemas e treinamento específico de nossos colaboradores administrativos. Em síntese, de forma descentralizada, almejou-se a democratização da informação.

Estratégia de Atuação na Gestão de Recursos Humanos

Visando atingir as metas: **Resgate da Autoestima; da Motivação; da Qualificação**, formatou-se um conjunto de Ações Pró-ativas, as quais deverão ser avaliadas no exercício de 2013, visando correções de rumo quanto ao Modelo de gestão adotado.

É intenção da empresa que o ano de 2013 seja voltado para o resgate de posturas organizacionais, que venham demonstrar o comprometimento na consolidação da cultura ideal de RH, com o envolvimento e aperfeiçoamento cada vez maior dos recursos da empresa.

Sendo assim, serão adotadas práticas que tenham por meta a valorização evidente e transparente dos colaboradores da NUCLEP, cada vez mais voltados para a qualidade dos serviços da empresa, por meio da capacitação e desenvolvimento dos profissionais da empresa. Pretende-se com isso, enfim, focar os recursos humanos da empresa como CAPITAL HUMANO, patrimônio fundamental para o sucesso dos negócios da Companhia.

Principais Ações no Exercício 2012

- Foi criado o setor de Planejamento e Monitoramento, no setor de Recursos Humanos, visando desenvolver as atividades da Gerência de RH em consonância com o Planejamento Estratégico da NUCLEP, que tem como seu principal objetivo apresentar propostas de como o RH poderá alcançar as metas estabelecidas pelo Planejamento Estratégico da NUCLEP;
- Consolidação do Posto Avançado como peça fundamental de atuação do RH na fábrica, tornando-se referência em atendimento, diminuindo a distância entre o RH e o empregado, propiciando um ambiente de trabalho acolhedor, permitindo, assim, que todos os esforços da força de trabalho estejam voltados para o processo produtivo;
- Adoção do sistema MIX, para profissionais autônomos, com o objetivo de uma folha de pagamento mais eficiente para os profissionais autônomos, de acordo com a legislação vigente;
- Aumento na licença de empregados no sistema MIX, de forma a atender ao quadro de pessoal previsto para 2012 e a inclusão dos autônomos.
- Continuidade ao processo de revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração - PCCR da NUCLEP, com o apoio de consultoria especializada contratada para este fim, sob responsabilidade do RH, controle e avaliação da Comissão Paritária de Revisão do PCCR.

Dispêndio com Pessoal

O quadro de pessoal lotado na NUCLEP em 31 de dezembro de 2012 foi de **999 (novecentos e noventa e nove) empregados**, assim distribuídos: **84 (oitenta e quatro) na presidência**, **693 (seiscentos e noventa e três) na área industrial**, **208 (duzentos e oito) na área administrativa** e **14 (quatorze) na área comercial**; tendo sido utilizados neste exercício recursos da ordem de **R\$ 155,4 milhões** para cobrir as despesas com a folha de pagamento, encargos sociais e previdência privada.

A tabela abaixo apresenta a série histórica do dispêndio de recursos com pessoal:

Tabela 1 - Dispêndio de Recursos

Tipo	Em R\$		
	2012	2011	2010
FOLHA DE PAGAMENTO	109.417.429,69	88.312.804,86	74.258.816,20
ENCARGOS SOCIAIS	38.114.073,74	33.198.729,12	28.803.151,06
NUCLEOS	7.887.020,13	4.418.929,04	4.592.052,04

Metas para 2013

- Analisar as propostas do setor de Planejamento e Monitoramento, a saber:
 - Definir como o RH poderá alcançar os objetivos estabelecidos pelo Planejamento Estratégico da NUCLEP;
 - Estabelecer as políticas que balizarão as ações operacionais do setor em 2014.
- Atualizar as regulamentações de procedimentos administrativos internos relativos à gestão corporativa.

Cargos e Remuneração

Estima-se que em 2013 seja alcançado o resultado final dos trabalhos de revisão do PCCR, com a identificação de suas lacunas e principais pontos críticos, a fim de delinear e introduzir uma nova estrutura de cargos, funções e salários, adaptando-a a realidade da NUCLEP.

Concurso Público

Conforme pedido enviado ao DEST, a empresa aguarda autorização do MPOG para a ampliação do seu quadro efetivo de pessoal em 73 novas vagas. Em seguida, o RH enviará proposta à direção da empresa para a realização do próximo Concurso Público.

Indicador

Absenteísmo

Como indicativo para o desenvolvimento de uma cultura organizacional de gestão de recursos humanos, tendo como valores centrais o trabalho como fonte de realização pessoal e o crescimento pessoal e profissional do colaborador. A Empresa manteve o método de medição utilizado no ano passado, no qual são incluídos os afastamentos até o 15º dia, por constituírem custo para a empresa, e excluídas as horas usadas do acordo coletivo, por constituírem direito do empregado.

- Tipo: eficiência
- Fórmula de cálculo: $\frac{\text{Horas não trabalhadas}}{\text{Horas efetivamente trabalhadas}} \times 100 = \frac{9242:02}{155162:36} \times 100 = 5,96\%$

Meta: manter o índice de absenteísmo anual de 2012 abaixo do limite de 6,5%.

Este índice está inserido nos padrões definidos pelas metas de gestão.

Número de horas não trabalhadas: 9242:02 (Somatório das Faltas e Atrasos descontados/mês e do Afastamento até o 15º dia/mês = 1068:12 + 705:50 + 7468:00);

Horas efetivamente trabalhadas: 155162:36 (Multiplica-se 8 horas/dia x Média do nº de empregados/mês x Média do nº de dias efetivamente trabalhados/mês = 8 x 978,08 x 19,83).

c) Método de medição: medição mensal, evidenciada por meio do registro de faltas, atrasos e afastamentos ocorridos até o 15º dia.

d) Avaliação do resultado: o índice se manteve dentro da meta.

e) Responsável pelo cálculo/medição: Gerente Geral de Recursos Humanos.

Plano Suplementar de Saúde

Visando alcançar uma gestão mais eficiente e eficaz do Plano Suplementar de Saúde da NUCLEP (PSS) em prol de seus beneficiários, no ano de 2012, foram tomadas medidas administrativas e ações capazes de proporcionar a promoção da saúde e a prevenção e o tratamento de doenças.

Os pagamentos aos credenciados e aos fornecedores continuam sendo efetuados em dia, mantendo a credibilidade desta operadora de autogestão. Com isso, novos prestadores de serviço em saúde foram contratados, ampliando a rede de credenciados médicos e odontológicos à disposição dos empregados, sempre de acordo com as exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O Programa de Saúde Bucal, iniciado em 2010, continua em funcionamento dentro da empresa, proporcionando a promoção da saúde oral dos seus empregados, alcançando 80% do total de trabalhadores.

Em relação a 2011, houve um aumento percentual de novos beneficiários de aproximadamente 13,02%, totalizando 2.848 vidas assistidas pelo plano, sendo 1011 titulares e 1837 dependentes.

Em 2012, as despesas do Plano Suplementar de Saúde da NUCLEP, incluindo as administrativas, foram de R\$ 6.167.696,51 (seis milhões, cento e sessenta e sete mil, seiscentos e noventa e seis reais e cinquenta e um centavos).

Gráfico 4 - Dispêndio mensal do Plano Suplementar de Saúde da NUCLEP em 2012

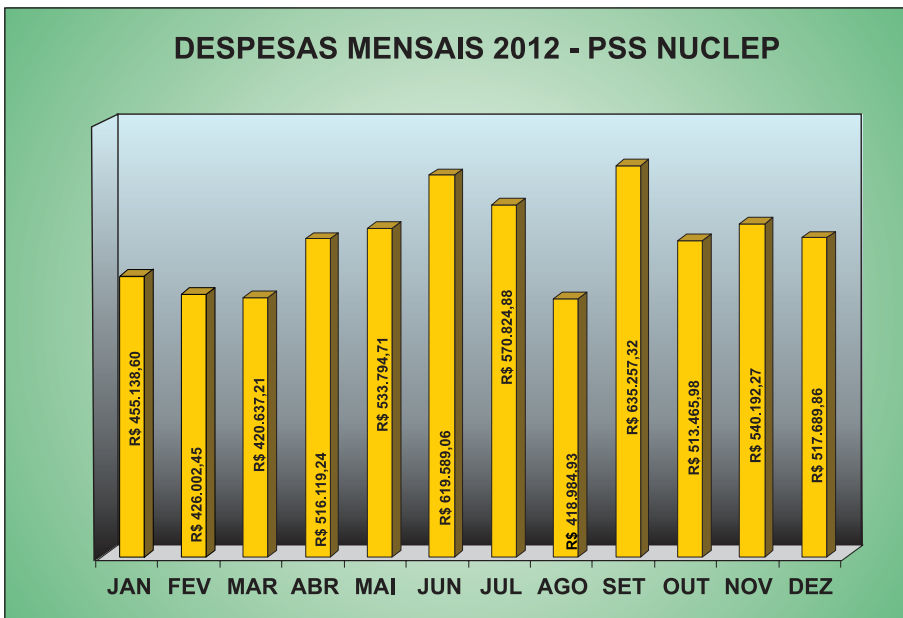


Gráfico 5 - Despesa anual do PSS por segmento

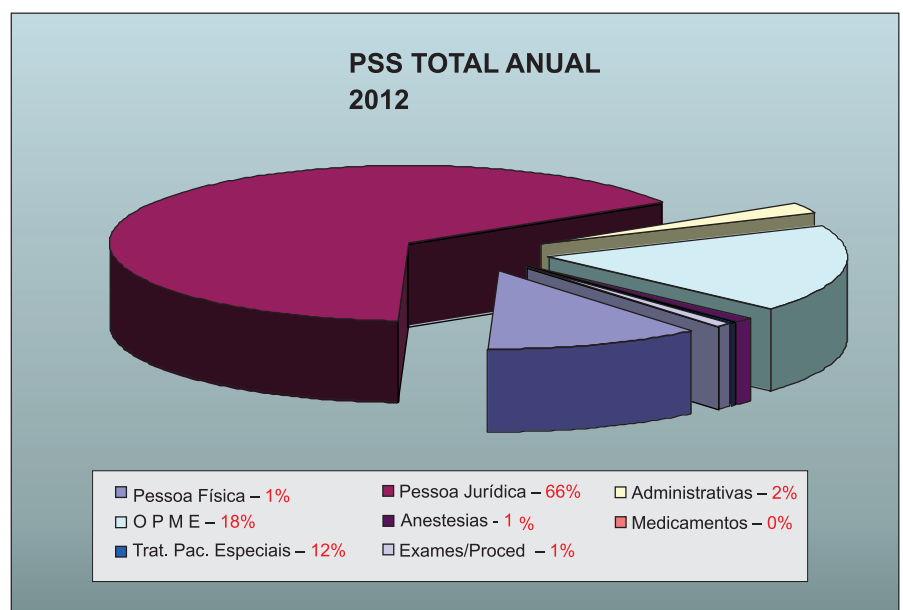


Tabela 2 - Estatística do Plano Médico - 2012

QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS/EXAMES/PROCEDIMENTOS EM 2012	
CONSULTAS MÉDICAS	14.398
EXAMES/PROCEDIMENTOS MÉDICOS	98.097
INTERNAÇÕES	175
INTERNAÇÕES DOMICILIARES	3
INTERNAÇÕES HOSPITALARES	172
CONSULTAS ODONTOLÓGICAS	2.069
EXAMES/PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS	13.125
TOTAL DE CONSULTAS	16.467
TOTAL DE EXAMES/PROCEDIMENTOS	111.222

Tabela 3 - Utilização per capta

UTILIZAÇÃO PER CAPTA	
MÉDIA DE CONSULTAS	5,06
MÉDIA DE EXAMES	34,44
MÉDIA DE INTERNAÇÕES	0,06

Benefícios

Seguro de Vida

A NUCLEP oferece aos seus empregados um seguro de vida em grupo, com as seguintes coberturas:

Tabela 4 - Descrição das coberturas do Seguro de Vida em Grupo

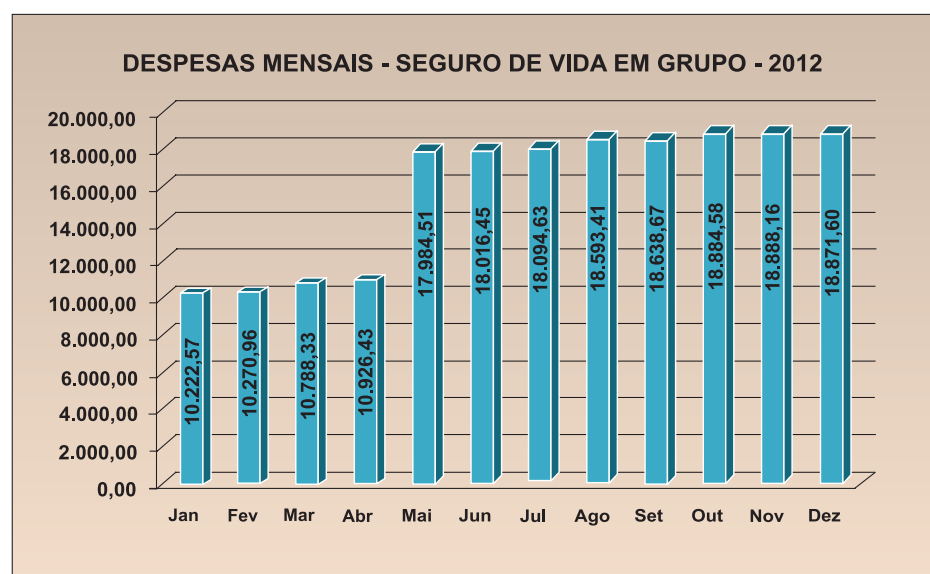
GRUPO SEGURADO	
EMPREGADOS	JOVENS APRENDIZES, ALUNOS E ESTAGIÁRIOS
Morte	Morte acidental
Morte acidental	Invalidez permanente por acidente
Invalidez permanente por acidente	Despesas médico hospitalares e odontológicas
Invalidez permanente total ou parcial em consequência de acidente de trabalho	Assistência funeral
Invalidez funcional permanente total por doença	-
Invalidez laborativa permanente total por doença	-
Inclusão automática de cônjuge	-
Inclusão automática de filhos	-
Assistência funeral	-

Em 2012 a apólice contemplou, em média, 1.026 beneficiários e as despesas totalizaram R\$ 190.180,30 (Cento e noventa mil, cento e oitenta reais e trinta centavos).

Tabela 5 - Despesas Mensais - Seguro de Vida em Grupo

DESPESA MENSAL - SEGURO DE VIDA	
Janeiro	R\$ 10.222,57
Fevereiro	R\$ 10.270,96
Março	R\$ 10.788,33
Abril	R\$ 10.926,43
Mai	R\$ 17.984,51
Junho	R\$ 18.016,45
Julho	R\$ 18.094,63
Agosto	R\$ 18.593,41
Setembro	R\$ 18.638,67
Outubro	R\$ 18.884,58
Novembro	R\$ 18.888,16
Dezembro	R\$ 18.871,60
TOTAL	R\$ 190.180,30

Gráfico 6 - Despesa Mensal - Seguro de Vida em Grupo



Vale Transporte e Vale Refeição

As despesas com vale transporte e vale refeição totalizaram respectivamente R\$ 68.620,96 e R\$83.267,63.

Pagamento de Salário Benefício

A NUCLEP efetua os pagamentos dos salários benefícios aos empregados afastados através de um convênio existente entre esta e o INSS. Desta forma, a empresa repassa o valor pago pelo INSS aos empregados afastados por motivo de doença ou acidente, por mais de 15 dias consecutivos.

Em 2012, o setor de Benefícios realizou o repasse de 335 salários benefícios resultantes de 78 afastamentos previdenciários, que totalizaram R\$ 792.738,82 do convênio INSS X NUCLEP.

Serviço Social

O Serviço Social, no ano de 2012, realizou em média cerca de 140 atendimentos mensais, entre visitas domiciliares e hospitalares, atendimentos previdenciários e assistenciais.

No decorrer do ano, o setor também foi responsável pelo gerenciamento de 56 empréstimos financeiros via verba SESI. Entre as atividades realizadas, a equipe avançou na execução da proposta de entrevista de desligamento, consolidando 22 entrevistas desde a introdução do projeto.

Em continuidade ao planejamento de 2011, o Serviço Social participou do desenvolvimento de algumas ações visando garantir um ambiente de trabalho seguro, saudável e favorável à melhoria da qualidade de vida dos seus funcionários. No universo, destas ações destacamos:

• Implementação do Programa de Prevenção ao Uso e Abuso de Álcool e outras Drogas

O Programa voltado para a prevenção aos problemas relacionados ao uso, abuso e a dependência de drogas lícitas e ilícitas foi desenvolvido ao longo do ano de 2011 pelo Serviço Social em conjunto com outras áreas da empresa. Este trabalho resultou na formulação da Instrução de Serviço (007/12) que irá nortear o acompanhamento e monitoramento dos casos de dependência química.

No ano de 2012, o Serviço Social deu continuidade à implementação do programa, em parceria com a CLIF, no planejamento e execução de treinamentos voltados para a capacitação das lideranças e da equipe de saúde. Nesta ocasião, participaram do treinamento 46 funcionários e toda a equipe de saúde da empresa. O foco dessa etapa foi à identificação, abordagem e encaminhamento dos funcionários.

No decorrer do ano, o Serviço Social em conjunto com a Comunicação conseguiu avançar na construção de uma Campanha de Prevenção à Saúde que será realizada em 2013, assim como realizou palestras informativas para os funcionários em relação à temática.

• Programa Interno de Readaptação Profissional

No ano de 2012, o Serviço Social em conjunto com a Medicina do Trabalho iniciou por meio da elaboração de uma Instrução de Serviço, o desenvolvimento do Programa Interno de Readaptação Profissional, que tem como objetivo principal promover a reinserção dos empregados no quadro funcional da empresa, em decorrência de restrições médicas. Nossa meta para 2013 é implementar o programa e reduzir o número de encaminhamentos dos casos de CRP para o INSS.

• Parcerias para a Qualificação Profissional

O Serviço Social, em consonância com o trabalho já realizado pelo setor de treinamento, investiu também na área de qualificação profissional dos nossos funcionários. O projeto piloto iniciou-se com a parceria com o SESI na implementação do Programa SESI/SENAI Educa Mais, que disponibiliza um conjunto de cursos gratuitos. Como projeto piloto, foi realizado no ano de 2012 o curso de Inglês Básico, que contou com a participação de 20 funcionários na 1ª turma. Nosso objetivo é realizar no ano de 2013 outras ações na área de qualificação profissional.

Treinamento & Desenvolvimento - ARH-3

A área de Treinamento & Desenvolvimento (a ARH-3) está vinculada, na estrutura organizacional da NUCLEP, à Gerência Geral de Recursos Humanos (AG) e compreende três grupos de atividades: Treinamento, Avaliação de Desempenho e Ambientação.

Em 2012, em alinhamento com o Planejamento Estratégico e seguindo o que determinam sua Missão, Visão, Compromissos e Valores, planejou e implementou ações com o objetivo de preservar e desenvolver um ambiente interno harmônico, saudável, produtivo e ético.

Essas ações tiveram por objetivo valorizar e reconhecer a força de trabalho, inspirando um relacionamento entre as equipes e setores da empresa de maior confiança e cooperação, além de mais respeito à diversidade e incentivo à geração e multiplicação do conhecimento.

Tabela 6 - Plano de Treinamento

PLANO DE TREINAMENTO 2012		
PREVISTO	REALIZADO	% REALIZADO
R\$ 921.392,50	R\$ 509.173,67	55%

A parcela não utilizada de 45% do previsto, deve-se, em boa parte, ao cancelamento dos treinamentos internos programados, por contingências orçamentárias.

Dos treinamentos previstos, foi realizado um treinamento interno, o curso de formação de multiplicadores que contou com uma turma de 25 participantes.

Os demais projetos previstos e não realizados foram os seguintes:

- desenvolvimento gerencial avançado;
- qualificação de supervisores;
- gestão e fiscalização de contratos;
- atendimento a clientes;
- treinamento comportamental ("Vencendo Desafios");
- atualização de secretárias.

Outra razão foi a redução de 26% dos gastos previstos com o projeto de educação continuada no idioma inglês, que visou atender às recomendações do Relatório da Auditoria ASME - Associação de Engenheiros Mecânicos dos EUA, que a empresa certifica nos selos nucleares.

Esse programa, iniciado em fins de 2010 e concluído em 2012, contou com a participação de 39 profissionais da empresa e atendeu plenamente aos objetivos estabelecidos pela Diretoria Executiva da NUCLEP. Representou 47% do total dos gastos incorridos em treinamento no ano de 2012, com a aplicação de R\$ 239.587,06 do montante geral de R\$ 509.173,67.

Avaliação de Desempenho

A Avaliação de Desempenho é, talvez, a mais importante ferramenta estratégica de gestão de pessoas, pois incentiva a comunicação e o diálogo entre as equipes e amplia a capacidade produtiva dos empregados, na medida em que as competências necessárias ao exercício do trabalho são analisadas e comparadas com os conhecimentos do avaliado. A partir da identificação e comprovação dessas discrepâncias, é estruturado um Plano de Desenvolvimento Individual - PDI, com as ações necessárias para sua superação, sejam treinamentos pontuais, aquisição de novas competências ou, ainda, projetos voltados para o desenvolvimento do potencial do colaborador.

Outra ação relevante, realizada em outubro e novembro de 2012, foi o treinamento no sistema de Avaliação de Desempenho, ministrado pela equipe da ARH-3. Foram agendadas dez turmas para os Avaliadores, com presença obrigatória e totalizando 180 pessoas e onze turmas de Avaliados, inscritos de forma espontânea e atingindo 167 colaboradores.

Antes, de maio a agosto de 2012, foram revisadas as políticas e procedimentos da Avaliação de Desempenho, com o apoio de uma consultoria especializada e a participação efetiva de sessenta empregados de diversas áreas da NUCLEP, incluindo Gerências e representantes da Associação dos Empregados e dos Sindicatos dos Engenheiros e dos Metalúrgicos.

Essa revisão foi aprovada pela Diretoria Executiva em 25/09/2012 e, após o treinamento citado acima, foram iniciadas, em novembro, as entrevistas dos 870 colaboradores aptos a serem avaliados, referentes ao 4º ciclo da Avaliação de Desempenho. Esse processo ainda não foi concluído e, por esse motivo, seus resultados não constam da tabela abaixo.

Tabela 7 - Resultados dos Três Ciclos Iniciais

CICLOS	AVALIADOS		PERCENTUAL	RESSALVAS	SEM PDI
	PREVISTOS	REALIZADOS			
1º/2009	617	518	84%	45	277
2º/2010	612	563	92%	26	248
3º/2011	760	704	93%	11	69

Tabela 8 - Mudanças na Política de Avaliação de Desempenho

PRINCIPAIS MUDANÇAS NA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA A EXECUÇÃO DO 4º CICLO	
Avaliações Anteriores (2009, 2010 e 2011)	2012 - 4º Ciclo
Curva Forçada	Avaliação com maior fidelidade e livre de parâmetros impostos.
Conceitos: Não atinge, Quase atinge, Atinge, supera e Excede.	Escala numérica em quatro níveis de desenvolvimento com maior objetividade.
Auto avaliação como sugestão para subsidiar <i>feedback</i> .	Auto avaliação como pré-requisito para subsidiar <i>feedback</i> .
Avaliação de 10 competências, com 05 indicadores cada.	Avaliação de 06 competências, com 04 indicadores cada e em linguagem mais acessível.

Ambientação

Esse programa visa ambientar o novo empregado à empresa, bem como os colaboradores vinculados às empresas terceirizadas, com o objetivo de transmitir aos treinandos os conhecimentos básicos da história da NUCLEP, suas áreas de atuação, políticas e procedimentos de segurança, meio ambiente, código de ética e qualidade.

Para a organização, é uma forma de fornecer informações e recomendar práticas que facilitem a integração do colaborador na empresa, na equipe, projeto, departamento, unidade, serviço ou área de negócio em que vai exercer a sua atividade e, para os colaboradores, é uma forma de conhecer a organização do ponto de vista institucional, a sua cultura, estrutura e funcionamento.

Tabela 9 - Ambientações

AMBIENTAÇÕES REALIZADAS	
Relatório geral: concursados e terceirizados (2012)	
Nº ambientações	106
Nº inscritos	5219
Nº Desmarcados	77
Nº faltas	803
Nº dispensas	231
% participação	78,71%
Total de treinandos	4108

Gráfico 7 - Relatório Geral - Concursados e Terceirizados



Do total geral de 4.108 participantes e 106 ambientações agendadas durante o ano de 2012, 159 treinandos foram concursados, num total de 7 ambientações específicas, cada uma com dois dias de duração. Os demais 3.949, colaboradores de empresas clientes e/ou terceirizadas para execução de diversos projetos, participaram de uma ambientação com formato reduzido, de 4 horas de duração, num total de 99 agendadas em 2012.

Responsabilidade Social

A NUCLEP, desde 1979, mantém nas dependências da Empresa uma "Escola de Fábrica" destinada à educação profissional de jovens que almejam e necessitam ter acesso ao primeiro emprego tecnológico.

Consciente das suas responsabilidades social e institucional, a empresa planeja, ministra e gerencia Cursos de Formação Profissional, em regime de horário integral, que se insere de forma aguda no esforço governamental de promover a inclusão de moças e rapazes egressos das redes pública e particular de ensino no mercado de trabalho. Mediante ações didático-pedagógicas articuladas e integradas entre o Ensino Fundamental e da capacitação profissional na área metal-mecânica, a NUCLEP forma a sua própria mão de obra qualificada e especializada dentro dos padrões exigidos pela empresa em atendimento às suas necessidades produtivas.

Além de dotar o país de reserva técnica de qualidade, atendendo ao cumprimento dos compromissos referentes às estratégias de demandas específicas para as indústrias nuclear e pesada brasileiras, a inserção de jovens profissionais no mundo do trabalho tem sido determinante para o desenvolvimento social, econômico e ambientalmente sustentável do Município de Itaguaí e regiões adjacentes. A composição curricular dos Cursos de Formação Profissional privilegia a formação integral do indivíduo no campo das ciências técnicas e humanas e dos valores éticos e morais.

Na área de parcerias, objetivando estabelecer cooperação técnica por meio do desenvolvimento de projetos de interesse comum, em consonância com as metas programadas no âmbito da ação integrante do PPA, e que contemplem em seu conteúdo atividades voltadas à formação básica e a profissionalizante, merecem destaque em 2012 a preservação dos seguintes convênios:

- Prefeitura Municipal de Itaguaí-RJ, para manter e expandir o atendimento a alunos do Curso de Formação Profissional;
- Cooperação Técnica e Financeira, firmado com vinte e uma empresas estatais, objetivando a criação e a manutenção do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais e a realização do Seminário Anual de Gestão da Ética nas Empresas Estatais. O Fórum visa "O Desenvolvimento e Fortalecimento dos Princípios Governamentais e Empresariais de Gestão da Ética";
- Cooperação Técnica e Financeira com a Associação Brasileira de Manutenção - ABRAMAN para a Qualificação e Certificação de Caldeireiro de Manutenção Nível I;
- Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e a Fundação de Apoio à Escola Técnica - FAETEC, para implemento no Centro de Treinamento Técnico da NUCLEP um Curso Técnico de Nível Médio em Mecânica, em horário noturno.

O reconhecimento externo para com o trabalho de responsabilidade social da Empresa, que vem sendo apoiado pela Prefeitura do Município de Itaguaí-RJ, manifestou-se por meios das seguintes conquistas:

- o acordo celebrado com o Ministério da Educação - MEC, em 2005, que permitiu a inclusão do desenho pedagógico do Curso de Formação Profissional ministrado pela Empresa no Programa Federal de Escola de Fábrica, onde a empresa tornou-se parte integrante da Rede Nacional de Escolas de Fábrica, formando jovens nos diferentes segmentos do mundo do trabalho.
- a obtenção do Selo de Responsabilidade Social 2004 do CREA/RJ, para o Projeto Primeiro Emprego Tecnológico desenvolvido pelo Centro de Treinamento Técnico da NUCLEP, por meio do Curso de Formação Profissional.

IV - GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

O setor de Relações Institucionais iniciou as suas atividades no final de 2011, porém começou a melhor configurar-se a partir do ano de 2012. Apesar de ainda possuir uma estrutura enxuta diante dos grandes desafios aos quais precisa enfrentar, procura apresentar e representar a NUCLEP de acordo com o perfil da empresa: grande, imponente, estratégica, com um passado de suma importância e vivenciando uma fase de renovação.

O setor buscou traçar novas parcerias para a NUCLEP e divulgá-la em outros meios onde esta ainda não estava inserida, participando de dois novos eventos, a 3ª Feira de Empregos e Negócios, realizada durante a Expo Itaguaí, onde foi possível divulgar melhor a empresa, tirando dúvidas da população e apresentando a importância social desta para a localidade. Também houve a primeira participação na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que aconteceu em Brasília, onde foram estreitadas as relações não apenas com os órgãos vinculados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, mas com o próprio órgão. Esses eventos serviram para aproximar a empresa de dois públicos alvos: o primeiro, a comunidade local; e o segundo, outros institutos do nosso Ministério. Buscamos mudar a forma de Comunicação Corporativa, mudando o foco da grandiosidade de nossa indústria para a excelência de seus profissionais, reconhecendo-os os que apresentam a melhor qualificação no segmento da indústria pesada no país. Foram construídas, também, parcerias importantes com entidades como, por exemplo, Exército e Marinha, criando uma interface que permitirá à NUCLEP o trabalho com cursos à distância.

O objetivo de tornar a empresa cada vez mais forte e reconhecida em Brasília acontece por meio de visitas, reuniões e contatos com Ministérios, Senado Federal, Câmara de Deputados e Comissões Parlamentares. A partir destes contatos a missão da empresa tornou-se mais conhecida, possibilitando-se, dessa maneira, solicitações de novas emendas para o ano de 2013, conforme pode ser observada na tabela que segue. O escopo de tais solicitações é dar continuidade a projetos de melhorias da infraestrutura da NUCLEP, como o que ocorreu no ano de 2012, onde foram realizados projetos de melhorias solicitadas pelo setor de Meio Ambiente (AMA) e Ferramentaria.

Tabela 10 - Solicitações/Emendas

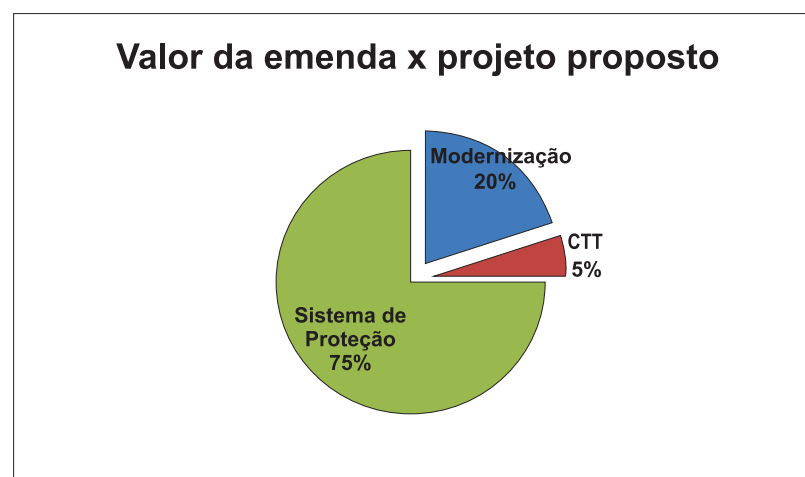
	Descrição da emenda	Valor
01	Projetos de Meio Ambiente	R\$ 1.000.000,00
Total 2012 - R\$ 1.000.000,00		
	Descrição da emenda	Valor
01	Modernização do parque fabril	R\$ 1.000.000,00
02	Modernização do parque fabril	R\$ 1.000.000,00
03	Melhorias de infraestrutura e equipamentos para o Centro de Treinamento Técnico	R\$ 500.000,00
04	Sistema de Combate de Incêndio e Sistema de Proteção de descargas elétricas	R\$ 7.500.000,00
05		
Total solicitado para as emendas na LOA 2013		R\$ 10.000.000,00

Relatório de Emenda

- Gráficos das emendas solicitadas - Valor da emenda x projeto proposto

É possível verificar a distribuição dos valores solicitados através das emendas parlamentares e os projetos aos quais estão relacionadas.

Gráfico 8 - Valor da emenda x projeto proposto



Comunicação

A área de comunicação da NUCLEP, a partir do segundo semestre de 2012, trouxe mais dinamismo para a elaboração, publicação e divulgação das notícias da empresa nos principais meios de comunicação do país. Assim, desde julho de 2012, a área passou a acompanhar a replicação das matérias produzidas pela empresa, nos principais sites, jornais e revistas. A partir deste acompanhamento constatou-se um crescente interesse na divulgação de nossas notícias. No total deste período de seis meses foram identificadas 127 notícias replicadas, em meios de grande circulação, tais como: Portal G1, Fator Brasil, O Dia, Extra, entre outros.

No gráfico 3 tem-se o número de matérias replicadas por mês e, por sua vez, no gráfico 4 apresenta-se a distribuição destas matérias por tema de interesse. Neste ano percebe-se que o tema relacionado à gestão provocou maior interesse das mídias que consultam o nosso material.

Gráfico 9 - Produção mensal

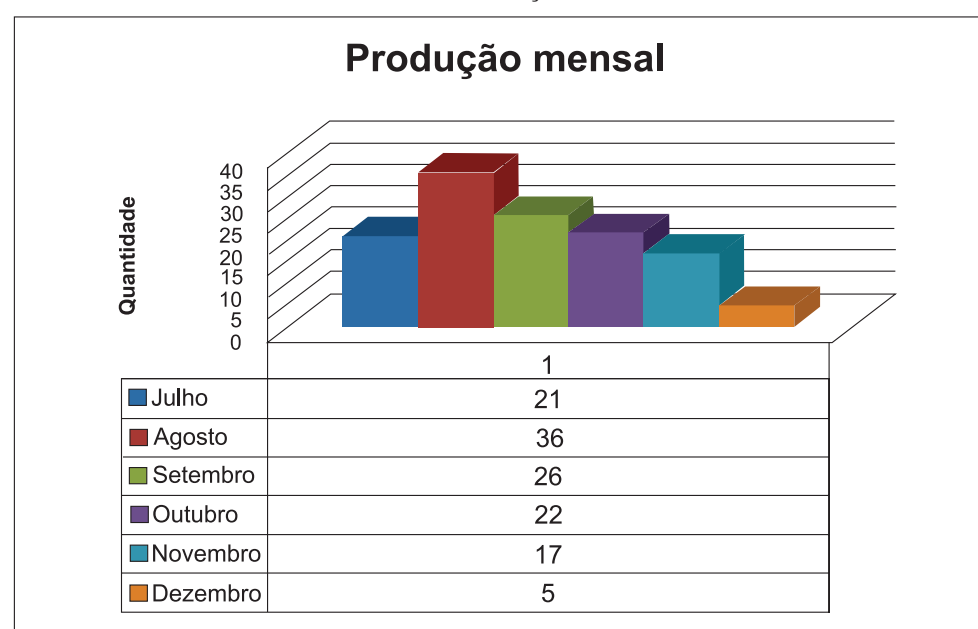
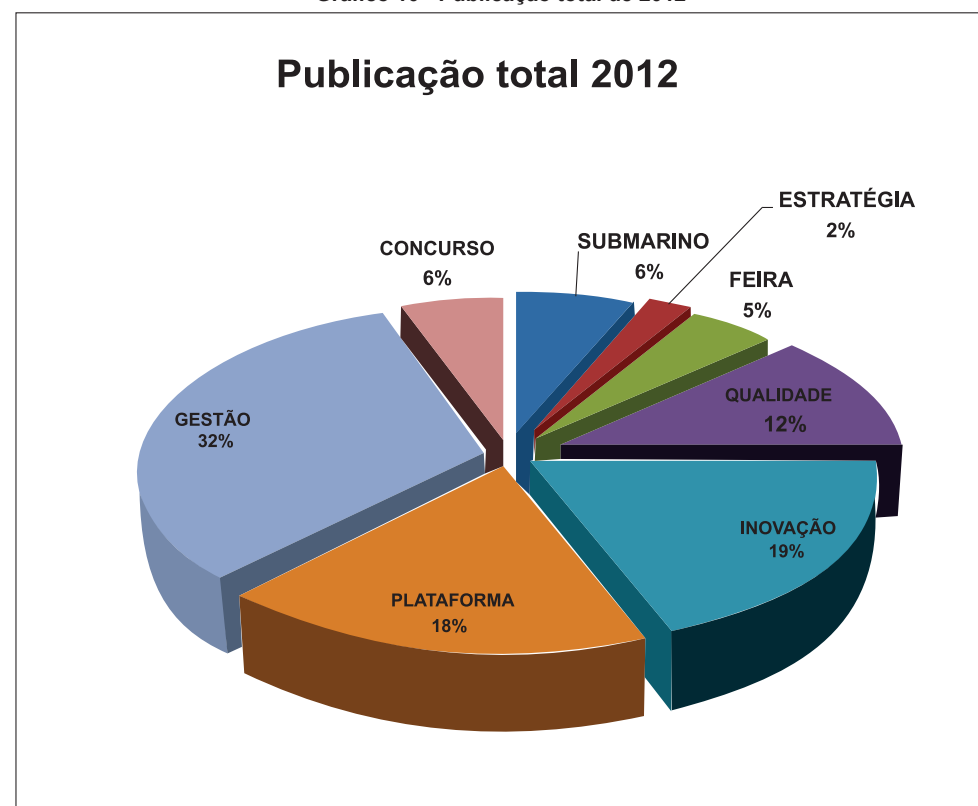


Gráfico 10 - Publicação total de 2012



No ano de 2012, a Gerência de Comunicação esteve presente nas seguintes feiras:

- Rio Oil & Gas, no Rio de Janeiro.
- Semana Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), no Maranhão.
- Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), em Brasília. Sendo a primeira participação nesta feira, que acontece anualmente na capital federal. O resultado foi extremamente positivo por desmistificar a questão da energia nuclear em apresentações para alunos e professores, segundo o Secretário Executivo do MCTI.
- 3ª Feira de Empregos e Negócios de Itaguaí.
- O setor organizou diversas cerimônias e eventos, além de visitas às dependências da NUCLEP, ressaltando-se:
 - Confraternização de final de ano dos funcionários.
 - Café da manhã para os participantes do selo ASME III.
 - Formatura dos alunos do Centro Técnico de Treinamento.
 - Visita dos alunos formandos do Instituto Militar de Engenharia - IME.
 - Visitas da Marinha do Brasil.

Durante as visitas, o setor apresenta institucionalmente a empresa frisando seu caráter de indústria de grande porte aliado a um centro de excelência profissional.

Mudanças na imagem da empresa

A criação do setor de Comunicação e Relações Institucionais permitiu a empresa ganhar maior projeção no seu setor de atuação, consolidando a imagem adquirida ao longo dos anos. O objetivo é implementar uma política de comunicação e relações institucionais ligada estrategicamente aos desafios da corporação, com a meta de priorizar os recursos humanos bem como seus principais *stakeholders*. Para isso, uma série de novas ações foram desenhadas, reiterando a qualidade de nossos profissionais e a responsabilidade de cada um na construção dessa nova imagem.

Diante da análise das ações implementadas em 2012, novas metas estão sendo planejadas e revistas com o intuito de potencializar cada vez mais a NUCLEP não somente no setor da indústria pesada de produção de bens de capital, mas também no atendimento dos novos desafios colocados pelo Governo Federal.

V - GESTÃO DA QUALIDADE

Sistemas da Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - QSMS

Dando continuidade às ações implementadas nos anos anteriores, visando à melhoria contínua de seus Sistemas da Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde, a NUCLEP deu destaque em 2012:

Sistema da Qualidade

- à manutenção do estatuto de Empresa Certificada de acordo com a norma de requisitos ABNT NBR ISO 9001:2008. A auditoria, por meio do Organismo de Certificação *ABS Quality Evaluation*, assegurou a renovação da certificação ISO 9001:2008 válida até 22/12/15;
- à renovação das qualificações dos Selos Nucleares NPT, NS e NA, em conformidade com o código ASME Seção III. A auditoria internacional foi executada pelo ASME e as certificações foram validadas até 24/06/15;
- à manutenção das qualificações dos Selos Nucleares NPT, NS e NA, em conformidade com o código ASME Seção III, através da auditoria anual executada pela agência de inspeção *ONE BEACON INSURANCE COMPANY*;
- ao início do processo de renovação da qualificação dos Selos Convencionais U e U2, de acordo com o código ASME Seção VIII, e do Selo R do *National Board of Boiler and Pressure Vessels Inspectors*. A auditoria internacional será executada pelo ASME e tem previsão de realização para o 2º semestre/2013;
- à manutenção da certificação da ELETRONUCLEAR para o Sistema de Gestão da Qualidade - SGQ, válida até 29/11/2013, conforme as Normas da CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear, para fornecimento de componentes mecânicos e estruturas metálicas para a Usina Nuclear de Angra 3;
- à realização de auditorias internas para a manutenção da certificação nuclear ASME III e CNEN NN 1.16;
- à realização de auditorias internas para a manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade conforme a norma ABNT NBR ISO 9001:2008;
- à implantação e aprimoramento do SGQ aplicado à construção dos Cascos dos Submarinos S-BR para a Marinha do Brasil.

Sistema de Segurança, Meio Ambiente e Saúde

- Foi dado início da reestruturação, revisão, implementação e manutenção da documentação de SMS da empresa para adequá-la aos requisitos de normas e exigências específicas de requisitos legais;
- à realização de auditoria interna e externa de Conformidade anual DZ56;
- início do fechamento de contrato com a ABNT para acesso às suas respectivas normas;
- contratação de empresa especializada para acesso e monitoramento de requisitos legais de SMS aplicáveis à NUCLEP. Acesso ao banco de dados LEGNET e ao gerenciamento do atendimento aos requisitos legais e outros requisitos. Autorização de Serviço aprovada em 2012 para início de trabalho em 2013;
- obtidas as Licenças ambientais para instalação das obras do Projeto PROSUB, da obra da Via interna que interliga o terminal e da construção dos módulos de plataformas P58/P62. Renovada outorga de uso da água da NUCLEP para utilização de poços artesanais;
- realizado o primeiro simulado de emergência do terminal e obtida Licença de Operação do Corpo de Bombeiros do Terminal;
- realizado termo de doação com duas cooperativas sem fins lucrativos para atendimento ao Decreto Federal 5960/06 - Coleta Seletiva Solidária. Em 2012, foram doados 372.680 kg de resíduos recicláveis (papel, papelão, plástico, sucatas metálicas ferrosas e não ferrosas e limalha de ferro);
- ao aprimoramento e melhoria da Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde, no que se refere às atividades da empresa; e aperfeiçoamento de processos visando a melhoria contínua do desempenho de QSMS.

VI - GESTÃO DA ÉTICA

O reconhecimento e respeito que a gestão da NUCLEP conquistou junto à sociedade brasileira se devem, entre outros, à tradição de comportamento ético predominante nas atividades exercidas.

A ética na instituição é compromisso permanente, destacando-se o trabalho em gestão da ética. A ética deve ser vista como instrumento de gestão.

A valorização da ética como instrumento de gestão pública insere-se, por inteiro, no esforço de revitalização e modernização da Administração Pública. Com efeito, esta é a dimensão que falta para torná-la não só eficiente quanto aos resultados, mas também democrática no que se refere ao modo pelo qual esses resultados são alcançados. Ainda na década de 1990, a NUCLEP instituiu sua Comissão de Ética formalizando seu compromisso com a gestão da ética adotando o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

A Comissão de Ética possui uma Secretaria Executiva, com sala própria, onde são realizadas as reuniões da Comissão e onde são atendidos colaboradores que queiram fazer consulta ou encaminhar denúncia.

Em 2009, com o fim de consolidar o Sistema de Gestão da Ética na NUCLEP, além de ter sido criada a sobredita Secretaria Executiva da Comissão de Ética, foi elaborado um Regimento Interno da Comissão de Ética e um Código de Ética Profissional próprio, cuja minuta foi divulgada para sugestões, tendo contado com a contribuição dos trabalhadores que quiseram participar. Esse regulamento orientou o trabalho cuidadoso desenvolvido pela Comissão de Ética Profissional da NUCLEP, através da promoção de ações relacionadas a processos educativos, à compatibilização de normas e efetivação de procedimentos de incentivo e incremento dos princípios éticos, e à apuração e aplicação das penas cabíveis nos casos de desvios éticos.

A Comissão de Ética da NUCLEP tem por objetivo orientar e aconselhar sobre a ética profissional do empregado, terceirizados e colaboradores, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura. O objetivo da Comissão é, antes de tudo, preventivo e educativo.

O papel da Comissão de Ética da NUCLEP tem sido de extrema importância para o aprimoramento da Instituição, alicerçando os conceitos, preceitos e princípios da ética no campo gerencial e administrativo.

A Comissão de Ética da NUCLEP se reporta internamente ao Presidente da NUCLEP e atua externamente, por meio da Rede de Ética do Poder Executivo Federal, no âmbito da Administração Pública Federal como elo entre Empresa e a Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

A Comissão de Ética da NUCLEP participa efetivamente do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, com reuniões mensais, que agrega a maioria das empresas estatais federais, tratando e discutindo especificamente sobre o tema da ética. Também participou do XIII Seminário de Ética na Gestão, promovido pela Comissão de Ética Pública - CEP, com o tema "Ética, Cultura e Reforma Política".

A Comissão de Ética da NUCLEP possui uma página na Intranet da Empresa, além de Quadro de Avisos próprio, onde divulga suas realizações. A Comissão de Ética se reúne, pelo menos, uma vez mensalmente, através de reuniões ordinárias, realizando reuniões extraordinárias sempre que necessário. Durante o ano de 2012, foram realizadas 12 reuniões ordinárias e 13 reuniões extraordinárias. Houve, ao todo, quatro Procedimentos Preliminares (PPs), quatro demandas que não resultaram em PPs e uma consulta. Não houve nenhuma transformação de PP em Procedimento de Apuração Ética - PAE. Foi assinado um ACPP (Acordo de Conduta Pessoal e Profissional).

VII - TERMINAL PORTUÁRIO

Da autorização detida pela NUCLEP

A NUCLEP construiu um terminal portuário privativo para escoamento dos produtos de sua fabricação, localizado no Saco da Coroa Grande, na Baía de Sepetiba, no Município de Itaguaí-RJ, o qual após regular processo de licitação, foi arrendado em 16 de dezembro de 1997 à empresa TMC.

Efetuada a reintegração de posse do Complexo Portuário à NUCLEP, ocorrida em maio de 2009, em razão da sentença arbitral proferida em janeiro de 2009, que decretou a rescisão do Contrato de Arrendamento entre NUCLEP e TMC, e, como consequência, a devolução à NUCLEP do terminal portuário arrendado, a NUCLEP está em processo de atualização da outorga de seu terminal no âmbito da ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

A atualização da outorga se faz necessária em razão das inúmeras alterações ocorridas na legislação, que transferiu a competência para concessão de autorizações do Ministério dos Transportes para a ANTAQ e também das iniciativas administrativas de cautela tomadas pela gestão junto à ANTAQ e à Receita Federal enquanto aguardava a confirmação da rescisão do contrato de arrendamento e administração do Complexo Portuário, o qual estava aos cuidados da TMC.

O processo de renovação da autorização do Terminal Portuário que não impede a utilização das instalações da NUCLEP, desde que com autorização prévia da ANTAQ, incitou algumas exigências que representam condição fundamental para o curso do processo no âmbito daquele órgão, as quais estão sendo providenciadas.

Um dos requisitos para a renovação da outorga da NUCLEP é a licença ambiental. Para a obtenção da Licença de Operação do Terminal Portuário da NUCLEP foi emitido, pelo órgão ambiental, parecer favorável à emissão da Licença Ambiental da instalação portuária da NUCLEP, condicionado, no entanto, devido às alterações na legislação que regula a matéria, a juntada de Certidão de Aforamento e de Plano de Emergência Individual - PEI do terminal.

Foram distribuídos dois procedimentos em paralelo, o de regularização do Terminal junto a Secretaria de Patrimônio da União - SPU e o de elaboração do Plano de Emergência Individual - PEI.

No âmbito da Secretaria de Patrimônio da União, para o competente registro e regularização do imóvel, foi apontada a necessidade de regularização da estrada de acesso que liga a fábrica da NUCLEP ao terminal.

Diante da urgência, tendo em vista a demora que o processo de regularização no âmbito da SPU acarretaria ao processo de recuperação da Outorga de Autorização do Terminal no âmbito da ANTAQ, a NUCLEP protocolou requerimento de licenciamento ambiental provisório, propondo ajuste de conduta, por meio de condicionante, para a juntada da Certidão de Aforamento.

Durante o ano de 2012, a alta direção da NUCLEP teve reuniões com a Presidência do INEA, para tratar das licenças ambientais que impactam projetos estratégicos da NUCLEP, em especial o de fabricação de cascos resistentes de Submarino, Classe Scorpène, para a Marinha do Brasil. Nessas ocasiões, foi informado pela NUCLEP ao INEA que as pendências, a exceção da certidão de aforamento, por parte da NUCLEP, para a emissão da licença ambiental do terminal portuário e para a renovação da licença fabril já haviam sido todas cumpridas. Foi destacada pela NUCLEP a necessidade de se obter a licença ambiental no mais curto espaço de tempo possível, considerando tal licença ser condição *sine qua non* para a obtenção da autorização da ANTAQ para exploração e utilização do terminal portuário da NUCLEP. A NUCLEP, por solicitação do INEA, encaminhou à Presidência daquele órgão um breve resumo dos processos que comprometem projetos estratégicos da empresa em trâmite no órgão ambiental.

Em paralelo, a NUCLEP vem mantendo tratativas com a Cia. Docas do Rio de Janeiro, visando à regularização da situação patrimonial da estrada de acesso ao terminal portuário da NUCLEP.

VIII - TERRENO DA FÁBRICA DA NUCLEP EM ITAGUAÍ

Histórico

A gleba de cerca de 1.603.937,00 m² onde está localizada a Fábrica da NUCLEP, no Município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, que foi declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Empresas Nucleares Brasileiras S/A - NUCLEBRÁS, é composta de 2.058 (dois mil e cinquenta e oito) lotes do 4º Loteamento Brisamar (Fazenda Arapucaia Guassú) pertencentes a diversos proprietários.

Em 1988, em decorrência do Decreto-lei 2.464, de 31 de agosto, a INB - Indústrias Nucleares do Brasil S/A sucedeu a Nuclebrás, em todos os direitos e obrigações.

De acordo com o Decreto nº 76.824, de 17.12.75, com a redação do Decreto nº 78.156, de 02/08/76, a construção no local de uma fábrica de componentes pesados de reatores, com o fim de projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados relativos a usinas nucleares e a outros projetos se dava por meio da criação da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP como uma das subsidiárias da Nuclebrás, conforme Decreto nº 76.805, de 16.12.75.

Em 1989, as ações do capital social da NUCLEP que eram detidas pela INB foram transferidas para a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, por força da Lei 7.915, de 07/12/89.

Ante a perda do vínculo jurídico entre NUCLEP e INB, não mais fazia sentido o terreno desapropriado para instalação da fábrica da NUCLEP ser registrado em nome da antiga NUCLEBRÁS (sucedeida pela INB). Todavia, diante da omissão na citada lei 7.915/89 em relação à transferência do bem, instalou-se um conflito entre as partes.

Das ações da gestão visando à regularização da situação do Terreno

No início da década de 1990, quando se começou a discutir o assunto, surgiram três alternativas para a solução do problema, a saber:

- Terminar todas as ações de desapropriação, extraindo-se as cartas de sentença onde essa providência ainda não tivesse sido tomada e levando as mesmas para registro em nome de Empresas Nucleares Brasileiras S/A - NUCLEBRÁS, e providenciando em seguida a averbação da sucessão da titularidade para a INB - Indústrias Nucleares do Brasil S/A, conforme Decreto-lei 2.464/88, ocasião em que se providenciaria junto à Municipalidade o remembramento do terreno, para, finalmente, proceder à transferência do terreno para a NUCLEP;
- Assinar uma escritura de compra e venda e cessão de direitos da qual constariam cada um dos lotes, na qual a INB figuraria como vendedora/cedente e a NUCLEP como compradora/cessionária, sendo necessários tantos atos notariais quanto fossem os lotes;
- Fazer uma operação triangular, com a participação da CNEN, em que esta, como acionista majoritária de ambas as empresas - NUCLEP e INB -, transferiria as ações que detém do capital da INB para a NUCLEP, diminuindo-se o capital daquela e aumentando-se o desta, no valor equivalente ao valor do terreno que seria obtido através de avaliação a ser procedida através de peritos avaliadores indicados pelas duas empresas. A NUCLEP propunha, além disso, que essa transferência fosse respaldada por um decreto presidencial que faria referência ao decreto expropriatório. Desde 2002, em auditoria de acompanhamento realizada na NUCLEP, a Secretaria Federal de Controle se pronunciou no sentido de que se cumprisse o disposto na Decisão nº 805/2000 do Tribunal de Contas da União -TCU que continha, dentre outras, a recomendação para que a CNEN e o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT (ao qual são vinculadas além da CNEN, a INB e a NUCLEP) adotassem "*medidas administrativas e legais cabíveis, com a maior brevidade possível, visando solucionar a questão da titularidade do terreno onde está instalada a fábrica da NUCLEP*".

Ao longo dos anos, após inúmeros encontros e debates sobre a questão, a NUCLEP e a INB consensuaram propor a alteração do próprio decreto expropriatório (Decreto 76.824, de 17/12/75, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto 78.156, de 02/08/76), para que, ao invés de constar a Empresas Nucleares Brasileiras S/A - NUCLEBRÁS como favorecida pela desapropriação da área de terra sita no Município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, passasse a constar a Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP, considerando a criação da empresa antecessora a data de edição do próprio decreto expropriatório e a finalidade expressa da desapropriação da área para a instalação da fábrica da NUCLEP.

Após algumas tratativas prévias com a Subchefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, para verificação da exequibilidade da solução encontrada pela NUCLEP, o Exmo. Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia encaminhou Aviso ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, para que fosse elaborada uma Exposição de Motivos conjunta para encaminhamento à Casa Civil da minuta de decreto.

No âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o assunto foi submetido, primeiramente, ao crivo do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, que rejeitou a proposta, defendendo que a sua implementação só seria possível caso houvesse indenização à INB e encaminhou o assunto à manifestação da Consultoria Jurídica daquele Ministério que emitiu o Parecer/MP/CONJUR/FNF/1422-1.9/2008.

O parecer supra tendo sustentado a inviabilidade jurídica do projeto de decreto, diante da formação de controvérsia de interpretação com a Consultoria Jurídica do Ministério da Ciência e Tecnologia, sugeriu o encaminhamento da questão ao Departamento de Orientação e Coordenação de Órgãos Jurídicos - DECOR da Consultoria-Geral da União, nos termos do art. 22 do Ato Regimental AGU/PR nº 5, de 27 de setembro de 2007.

Atualmente a questão está em curso na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF, órgão da Consultoria-Geral da União criado pelo Ato Regimental nº 05, de 27/09/2007, que tem sua forma de atuação regulamentada pela Portaria AGU nº 1281, de 27 de setembro de 2007, cujo objetivo principal é a composição de litígios entre órgãos e entidades da Administração Federal.

Em 2010, foi realizada a primeira audiência de conciliação entre as partes envolvidas no conflito sobre a titularidade do terreno da fábrica da NUCLEP.

Nessa primeira audiência ficou evidenciado que o consenso inicialmente obtido entre INB, CONJUR/MCT e NUCLEP em relação à proposta que previa a repristinação do decreto de criação da NUCLEP para nele inserir uma cláusula que destinasse o terreno para a mesma, ou então, inserisse no decreto de criação da INB uma cláusula destinando o terreno à NUCLEP, caiu por terra, visto que a INB mudou de posição, voltando toda a discussão a respeito de uma solução para o caso ao *status quo ante*.

Em setembro de 2010 houve nova rodada de negociações, sem que houvesse qualquer avanço relevante em relação ao conflito.

Durante o ano de 2011, a Consultoria Jurídica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI tomou o assunto para si, realizando reuniões com as empresas envolvidas para busca da melhor solução jurídica para a controvérsia. A Consultoria Jurídica do MCTI por meio de Memorando encaminhado ao Diretor da CCAF, ref. Memo nº 207/2011 CONJUR-MCTI/CGU/AGU, de 29.12.2011, informou àquele órgão que permanece o interesse na solução da controvérsia e da atuação daquele órgão da Consultoria Geral da União para auxiliar no deslinde da questão, informando, outrossim, que a CONJUR-MCTI permanece estudando o melhor caminho para a solução da matéria.

Durante o ano de 2012, foi realizada nova avaliação do terreno, tendo sido consultadas três empresas/profissionais do ramo.

Em 20/08/2012, foi realizada na sede da CNEN reunião promovida por iniciativa da Consultoria Jurídica do MCTI, da qual participaram os representantes jurídicos da CNEN, INB e NUCLEP. Na citada reunião, a Procuradoria da CNEN apresentou as ponderações da CNEN em face da controvérsia existente. Ficou decidido que as partes envolvidas levariam ditas ponderações às suas respectivas áreas contábeis para aprofundamento das sugestões apresentadas.

O assunto foi levado para a análise da área contábil da NUCLEP, tendo a INB procedido da mesma forma.

A área contábil da NUCLEP preparou um parecer técnico sobre a questão do terreno onde está situada a fábrica em Itaguaí - RJ, e também foi solicitado a um consultor externo um parecer. O parecer do Consultor externo apresentou a seguinte proposta de solução do problema: *Contabilizar o terreno como um crédito da INB, a ser, posteriormente, baixado como aumento de capital na NUCLEP, que, em seguida, repassaria para a controladora CNEN, ou como perda (da INB) a débito de resultado*.

Paralelamente, foi encaminhado Ofício à NUCLEP em que a Marinha do Brasil manifesta seu interesse na aquisição da área onde está sendo erigida a UFEM, objeto de cessão gratuita por parte da INB, com a intervenção da NUCLEP.

O Conselho de Administração aprovou o envio da manifestação formal da Marinha do Brasil à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Advocacia-Geral da União.

IX - CONTROLE INTERNO

O Controle Interno, na Administração Pública, conforme conceituação utilizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU)/Controladoria-Geral da União (CGU), constitui-se de um conjunto de planos, atividades, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizados para assegurar a conformidade dos atos administrativos e para que os objetivos e metas estabelecidos sejam alcançados.

O processo de prestação de contas anual da NUCLEP segue os normativos emanados pelo TCU/CGU, evidenciando a mitigação dos possíveis riscos aos quais a Empresa possa estar submetida, a identificação da materialidade dos elementos objetivos relacionados aos seus bens patrimoniais e a transparência da conformidade dos seus atos e desempenho, em consonância com a sua relevância enquanto empresa estatal.

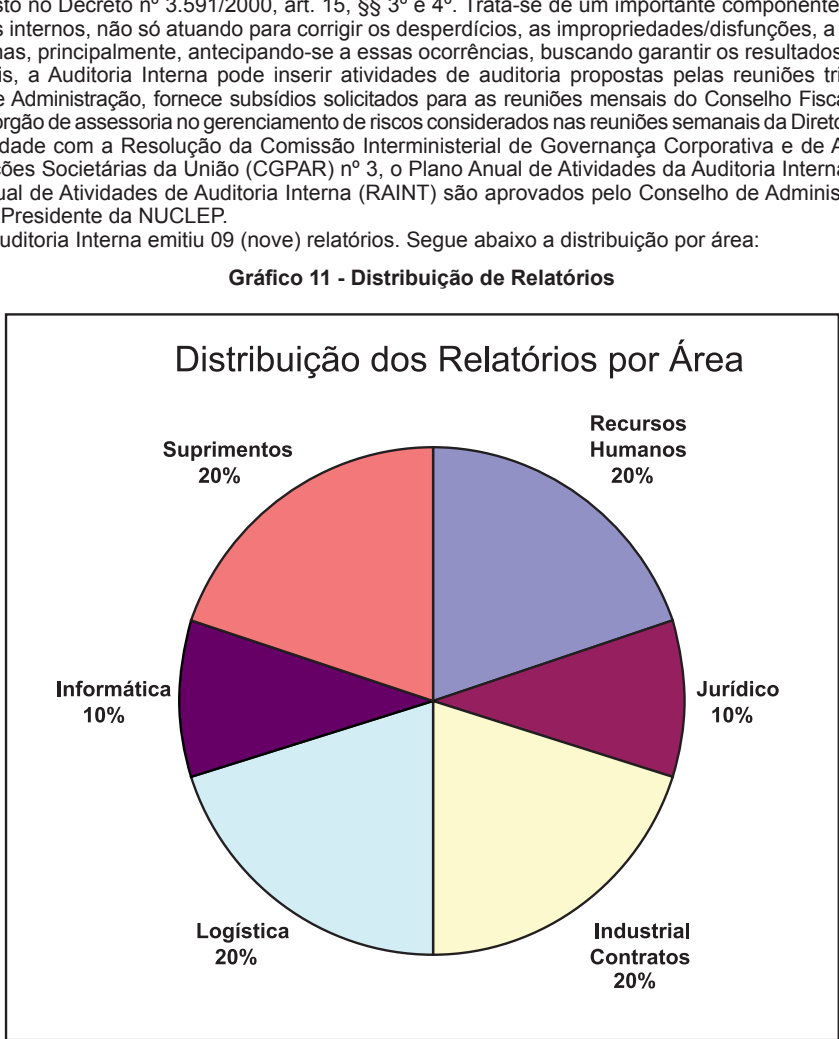
A Auditoria Interna esta subordinada diretamente ao Presidente do Conselho de Administração em conformidade com o disposto no Decreto nº 3.591/2000, art. 15, §§ 3º e 4º. Trata-se de um importante componente na avaliação dos controles internos, não só atuando para corrigir os desperdícios, as impropriedades/disfunções, a negligência e a omissão, mas, principalmente, antecipando-se a essas ocorrências, buscando garantir os resultados pretendidos.

Além do mais, a Auditoria Interna pode inserir atividades de auditoria propostas pelas reuniões trimestrais dos Conselhos de Administração, fornece subsídios solicitados para as reuniões mensais do Conselho Fiscal, e pode ser usada como órgão de assessoria no gerenciamento de riscos considerados nas reuniões semanais da Diretoria Executiva.

Em conformidade com a Resolução da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) nº 3, o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT) e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) são aprovados pelo Conselho de Administração sem a presença do Presidente da NUCLEP.

Em 2012 a Auditoria Interna emitiu 09 (nove) relatórios. Segue abaixo a distribuição por área:

Gráfico 11 - Distribuição de Relatórios



Continuamos mantendo um acompanhamento permanente às recomendações da auditoria interna dos trabalhos emitidos a partir de janeiro de 2009, conforme descrito a seguir:

A implantação do acompanhamento permanente às recomendações da auditoria interna dos trabalhos emitidos a partir de janeiro de 2009, conforme descrito a seguir:

Atendimento às Recomendações			
Ano	Emitidas	Solucionadas	Pendentes
2009	45	45	-
2010	43	42	1
2011	52	46	6
2012	50	17	33

Fonte: Síntese dos Relatórios de Auditoria - CI

A Unidade de Auditoria Interna auditou as práticas relativas à segurança da informação e recomendou o incremento ou a implementação de novos controles e salvaguardas.

No ano de 2012, em cumprimento da Lei 6.404/76, a NUCLEP passou por uma auditoria externa feita pela INDEP - Auditores Independentes S/S. A Auditoria Interna forneceu orientação e relatórios solicitados, contribuindo assim, na emissão do Relatório de Auditoria Externa, divulgado às áreas gestoras com o resumo dos aspectos mais relevantes identificados no decorrer dos exames.

Na busca do aperfeiçoamento contínuo e da adoção das melhores práticas de mercado, a Auditoria Interna participou de encontros, fórum, cursos de especialização e intercâmbio (*Benchmarking*) com outras unidades de auditoria interna, áreas de controle e outras de interesse.

X - ENCERRAMENTO

O desempenho da Companhia em 2012 indica que o caminho trilhado nos últimos anos exigirá esforços adicionais nos próximos anos para atingir os objetivos fundamentais de todos os indicadores operacionais da atividade fabril, atingindo, simultaneamente, uma relação entre custo de produção e receita operacional líquida.

Em todo processo sistemático de melhoria, quanto melhores os resultados obtidos, mais esforço se torna necessário para ir além. Logo, soluções inovadoras, fortemente baseadas em Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como quebra de paradigmas gerenciais vão se tornar cada vez mais importantes para a sustentabilidade do processo de melhoria do desempenho da Companhia. Esses são os desafios que a NUCLEP enfrentará nos próximos anos.

No encerramento do exercício, a Diretoria Executiva da NUCLEP vem agradecer aos empregados que se engajaram nas conquistas da Companhia, pelo elevado espírito de participação e empenho em suas funções; à população de Itaguaí, pelo apoio às nossas atividades e pelas diversas parcerias empreendidas na busca do desenvolvimento econômico e social da região; a todos nossos clientes, parceiros e fornecedores; aos Conselheiros de Administração e Fiscal, à CNEN, e ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI pela confiança em nós depositada.

Itaguaí - RJ, 04 de abril de 2013

JAIME WALLWITZ CARDOSO
Presidente

ALEXANDRE PORTO GADELHA
Diretor Comercial

LIBERAL ENIO ZANELATTO
Diretor Industrial

PAULO ROBERTO TRINDADE BRAGA
Diretor Administrativo

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Milhares de Reais)

A T I V O	Nota	2012	2011	P A S S I V O	Nota	2012	2011
CIRCULANTE			(Reapresentado)	CIRCULANTE			(Reapresentado)
Disponibilidades	4	5.188	5.707	Fornecedores		36.738	11.855
Contas a receber	5	37.795	24.900	Obrigações trabalhistas e sociais	13	16.176	13.511
Estoques	6	28.736	36.332	Obrigações tributárias	14	6.140	7.302
Impostos a recuperar	7	12.794	11.404	Previdência privada - NUCLEOS	17	13.525	12.534
Outros créditos	8	3.885	4.073	Obrigações com clientes	15	8.872	18.783
TOTAL DO CIRCULANTE		88.398	82.416	Outras obrigações		1.213	723
NÃO CIRCULANTE				TOTAL DO CIRCULANTE		82.664	64.708
Realizável a Longo Prazo				NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber	9	186.288	174.992	Exigível a Longo Prazo			
Depósitos recursais e cauções		14.354	13.602	Empréstimos - INB	16	14.825	13.173
		200.642	188.594	Previdência privada - NUCLEOS	17	159.847	153.179
Investimento		162	162	Provisões	18	22.561	18.228
Imobilizado	10	156.267	138.806	Obrigações com clientes	15	49.286	61.455
Intangível	11	1.509	1.509	Imóvel para aumento de capital	10	1.560	-
Subvenção do Tesouro para investimento	12	(22.571)	(17.716)	Outras obrigações		294	343
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		336.009	311.355	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		248.373	246.378
TOTAL DO ATIVO		424.407	393.771	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	19	61.210	61.210
				Reserva de reavaliação	19	65.897	70.641
				Prejuízos acumulados		(33.737)	(49.166)
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		93.370	82.685
				TOTAL DO PASSIVO		424.407	393.771

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Milhares de Reais)

	Nota	2012	2011
			(Reapresentado)
RECEITAS OPERACIONAIS			
Receita bruta de vendas de produtos e serviços		82.459	62.370
Recursos orçamentários do Tesouro Nacional		228.019	180.846
Imposto sobre vendas de produtos e serviços		(7.671)	(4.077)
RECEITA LÍQUIDA		302.807	239.139
Custo dos produtos e serviços vendidos		(100.777)	(94.611)
RESULTADO BRUTO		202.030	144.528
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e comerciais		(160.698)	(127.049)
Tributárias		(4.674)	(4.435)
Financeiras líquidas	20	(2.005)	(4.053)
Custos fabris não apropriados à produção		(40.278)	(32.930)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS		(207.655)	(168.467)
OUTRAS RECEITAS			
Outras receitas			
Reversão do <i>impairment</i>		16.310	-
TOTAL DE OUTRAS DESPESAS E RECEITAS		16.310	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO		10.685	(23.939)
Número de ações em lote de mil		61.210	61.210
Resultado do exercício por ação em R\$		0,17	(0,39)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DO CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Milhares de Reais)

	2012	2011
		(Reapresentado)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado do exercício	10.685	(23.939)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Ajustes de exercícios anteriores	-	(688)
Variações monetárias líquidas	1.652	3.400
Depreciações e amortizações	8.495	8.149
Realização das subvenções de investimentos	(2.262)	(1.799)
	18.570	(14.877)
(Aumento) Redução do Ativo		
Contas a receber	(24.191)	6.426
Outros créditos	188	(999)
Estoques	7.596	18.331
Depósitos recursais e cauções	(752)	(4.647)
Terreno instalações Nuclep	(1.560)	-
Investimentos	-	-
Reversão do <i>impairment</i>	(16.310)	-
Impostos a recuperar	(1.390)	(2.022)
	(36.419)	17.089
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	24.883	(18.445)
Obrigações trabalhistas e sociais	2.665	1.200
Obrigações tributárias	(1.162)	1.217
Previdência privada	7.659	5.481
Obrigações com clientes/outras	(21.639)	28.135
Provisões	4.333	(24.984)
Imóvel para aumento de capital	1.560	-
	18.299	(7.396)
Fluxo Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	450	(5.184)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de imobilizado	(8.087)	(5.344)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Subvenções para investimentos	7.118	4.584
Fluxo de Caixa Gerado (Aplicado) no Exercício	(519)	(5.944)
Aumento (Redução) nas Disponibilidades		
Saldo inicial do disponível (2011/2010)	5.707	11.651
Saldo final do disponível (2012/2011)	5.188	5.707
Varição no Saldo das Disponibilidades	(519)	(5.944)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2011		61.210	75.386	(29.284)	107.312
Baixa da reserva de reavaliação		-	(4.745)	4.745	-
Resultado do exercício		-	-	(36.942)	(36.942)
Saldo publicado em 31 de dezembro de 2011		61.210	70.641	(61.481)	70.370
Retificação de erros	2	-	-	12.315	12.315
Saldo em 31 de dezembro de 2011 - Ajustado		61.210	70.641	(49.166)	82.685
Baixa da reserva de reavaliação	2	-	(4.744)	4.744	-
Resultado do exercício	2	-	-	10.685	10.685
Saldo em 31 de dezembro de 2012		61.210	65.897	(33.737)	93.370

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Milhares de Reais)

	2012	2011
		(Reapresentado)
Receitas		
Receita bruta de vendas de produtos e serviços	82.459	62.370
	82.459	62.370
Insumos próprios e adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos e serviços prestados	(100.777)	(94.611)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(49.367)	(57.498)
	(150.144)	(152.109)
Valor adicionado bruto		
Depreciação, amortização e exaustão	(8.495)	(8.149)
Reversão do <i>impairment</i>	16.310	-
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(59.870)	(97.888)
Valor adicionado recebido em transferência		
Recursos orçamentários do Tesouro Nacional	228.019	180.846
Receitas financeiras	289	135
Valor adicionado total a distribuir	168.438	83.093
Distribuição do valor adicionado		
Salários e encargos	102.869	71.939
Honorários de diretoria	1.137	1.018
Planos de aposentadoria e pensão	20.373	16.340
Provisões (trabalhistas, cíveis e tributárias)	18.735	4.711
Impostos, taxas e contribuições	4.674	4.760
Impostos Federais sobre vendas	4.879	1.903
Impostos Estaduais sobre vendas	2.484	1.990
Impostos Municipais sobre vendas	308	183
Juros e atualizações monetárias	2.294	4.188
Resultado do exercício	10.685	(23.939)
Valor adicionado distribuído	168.438	83.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em Milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL
A Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP é uma empresa de economia mista, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, sob o controle acionário da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, com objetivo social em projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados relativos a usinas nucleares, assim como equipamentos para a construção naval e *offshore*, e outros projetos.
Em face da falta de investimentos na área nuclear e atuando em um mercado bastante restrito, a empresa foi obrigada a reorientar suas atividades comerciais para outros segmentos. Com isso, as necessidades de capital de giro vêm sendo supridas com recursos da União, que durante o exercício foram de R\$ 228.019 mil (2011: R\$ 180.846 mil).
A empresa mantém os seguintes benefícios aos seus empregados e dirigentes:
Plano de assistência médico-odontológico, extensivo aos dependentes, alimentação, transporte e plano de previdência privada, conforme descrito na nota 22.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 e suas alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, as normas e pronunciamentos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011
De forma a refletir corretamente a essência econômica das operações efetuadas à luz dos padrões contábeis, a Companhia ajustou, após a sua publicação as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, sendo assim, foram reelaboradas para fins de comparabilidade. Os ajustes de exercícios anteriores efetuados decorrem da retificação de erros, de acordo com o pronunciamento nº 23 emitido pelo CPC - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.
Retificação de erros
No decorrer do exercício de 2012, foram detectados erros devido ao reconhecimento de despesas ainda não incorridas, relativas ao exercício de 2011, e em 2009 despesas incorridas e não registradas, fato esses que tornaram necessárias as retificações no montante de R\$ 12.315, conforme demonstrado a seguir:

Exercício	2009	2011	Total
Estoques	-	3.025	3.025
Provisão de férias	-	9.978	9.978
Obrigações tributárias	(688)	-	(688)
Total	(688)	13.003	12.315

Os saldos das contas afetadas pela reelaboração, publicadas e ajustadas, em 31 de dezembro de 2011 estão demonstrados a seguir:

	Publicado	Ajustes	Ajustado
Ativo			
Contas a receber	14.922	9.978	24.900
Estoques	33.307	3.025	36.332
Passivo			
Obrigações tributárias	6.614	688	7.302
Patrimônio líquido			
Prejuízos acumulados	(61.481)	12.315	(49.166)
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO			
Despesas administrativas e comerciais	140.052	(13.003)	127.049

Adicionalmente, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, bem como as notas 5 (contas a receber), 6 (estoque), 14 (obrigações tributárias), e 25 (prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social), foram reelaboradas para demonstrar os saldos contábeis e divulgação ajustada após as correções mencionadas.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As principais práticas adotadas pela empresa estão descritas a seguir:
• Aos instrumentos financeiros ativos e certos passivos, como empréstimos, recebíveis, investimentos mantidos até o

vencimento e demais derivativos não se aplicam quaisquer ajustes para mensurá-los ao valor justo ou ao valor presente;

- Ao ativo realizável a longo prazo não se aplicam as perdas ou desvalorização;
- Quanto aos Pronunciamentos Técnicos CPC 01 e 13, a empresa entende que não há indícios de desvalorização, sendo desnecessária a redução de seu valor contábil, considerando que além dos serviços usuais de manutenção, a empresa iniciou a remodelação tecnológica das principais máquinas e equipamentos do parque industrial;
- O contas a receber está registrado ao valor original das vendas de produtos e serviços, com perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, julgados suficientes pela administração, conforme Nota 5;
- Outros créditos estão registrados ao valor original;
- Os estoques estão registrados ao valor do custo médio de aquisição e não superam o valor de mercado ou de reposição;
- O imobilizado está registrado ao custo de aquisição e corrigido monetariamente até dezembro de 1995, sendo depreciado pelo método linear;
- As provisões trabalhistas são mantidas regularmente com encargos sociais e foram estimadas com base na opinião dos advogados;
- Os empréstimos são reconhecidos quando dos recursos líquidos recebidos e são apresentados pelo custo acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, deduzidos dos pagamentos efetuados;
- A reserva de reavaliação será mantida até a sua realização total, por meio de amortização;
- As receitas compreendem o valor faturado de vendas e serviços e os recursos recebidos pelo Tesouro Nacional a título de subvenções e são reconhecidas pelo regime de competência.

	2012	2011
LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO		
Pessoal	2.575	57
Custeio	2.613	5.650
	5.188	5.707

Corresponde à conta única centralizada pelo Tesouro Nacional, a qual a empresa está vinculada como usuária do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), onde movimentamos os recursos próprios e os recursos provenientes do tesouro nacional.

	2012	2011
NOTA 5 - CONTAS A RECEBER		
Fatura/Duplicata a Receber - Produtos	22.158	14.219
Fatura/Duplicata a Receber - Prestação de Serviços	2.770	3.536
Secretaria do Tesouro Nacional	28.234	22.512
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(15.367)	(15.367)
	37.795	24.900

	2012	2011
NOTA 6 - ESTOQUES		
Produtos em processo	12.153	24.275
Matérias-primas	6.972	4.395
Materiais para consumo industrial e manutenção	9.611	7.662
	28.736	36.332

	2012	2011
NOTA 7 - IMPOSTOS A RECUPERAR		
Tributos Federais	3.975	4.090
Tributos Estaduais - ICMS	8.819	7.314
	12.794	11.404

	2012	2011
NOTA 8 - OUTROS CRÉDITOS		
Adiantamentos a fornecedores	1.082	1.493
Adiantamentos a funcionários	1.818	1.749
Outras contas	1.910	1.414
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(925)	(583)
	3.885	4.073

NOTA 9 - CONTAS A RECEBER (NÃO CIRCULANTE)

	2012	2011
Fatura/duplicata a receber	3.585	3.585
Secretaria do Tesouro Nacional	182.703	171.407
	186.288	174.992

NOTA 10 - IMOBILIZADO

Itens	2012				2011	
	Taxa de Depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	-	21.970	-	21.970	-	4.100
Edifícios e Benfeitorias	2%	75.685	17.965	57.720	59.347	59.347
Instalações	2%	9.386	2.594	6.792	7.012	7.012
Equipamentos Industriais	4%	122.832	60.743	62.089	63.837	63.837
Máquinas e Equipamentos	5%	7.343	949	6.394	2.972	2.972
Móveis e Utensílios	10%	1.764	1.386	378	550	550
Equipamentos de informática	20%	3.038	2.204	834	803	803
Veículos	20%	797	707	90	185	185
		242.815	86.548	156.267	138.806	138.806

Terrenos	
Terreno - Itacuruçá	4.100
Reversão <i>impairment</i> - Itacuruçá	16.310
Terreno - Itaguaí	1.560
	21.970

Terreno Itacuruçá - Em 2009 o imóvel, com base em avaliações externas, sofreu uma redução significativa no valor de mercado, sendo registrada uma baixa de R\$16.310 (mil), porém devido à valorização imobiliária e expansão da região com a construção de portos, base de submarinos da Marinha e outras empresas, foi efetuada uma nova avaliação de mercado onde se constatou a reversão da perda.

Instalações Nuclep - Neste exercício foi reconhecido como ativo imobilizado o terreno em que a NUCLEP está instalada. O terreno engloba inúmeras matrículas de imóveis, que foram desapropriados e declarados como de utilidade pública, em 1975, para a instalação da fábrica da NUCLEP.

A NUCLEP foi subsidiária da Nuclebrás (antiga holding), que em 1988 passou a denominar-se Indústrias Nucleares do Brasil - INB. Em 1989 as ações da NUCLEP foram transferidas para a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, porém, não foi regularizada a situação do terreno, que permanece registrado no imobilizado da INB no valor contábil de R\$1.560 (mil).

A companhia usou como base a Lei 6.404/76 e alterações (Leis 11.638/07 e 11.941/09), bem como as normas e pronunciamentos contábeis posteriores que definem ativo imobilizado como os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.

De acordo com o Manual de Contabilidade Societária - FIPECAFI uma entidade que exerça controle sobre determinado Ativo Imobilizado e que também usufrua dos benefícios e assuma os riscos proporcionados por ele em suas operações, deve reconhecê-lo em seu balanço, mesmo que não detenha sua propriedade jurídica, sendo a propriedade jurídica apenas um detalhe, não sendo condição necessária para o ativo pertencer à entidade que o controla, desde que futuros benefícios econômicos fluirão para a entidade e que seu custo possa ser mensurado confiavelmente.

NOTA 11 - INTANGÍVEL

Trata-se de um contrato de Cooperação Técnica e Industrial, firmado em 16/12/2005, com a empresa suíça WARTISILA SWITZERLAND LTDA. para fabricação e venda de motores a diesel marítimos de dois tempos, que são desenvolvidos pela WARTISILA.

NOTA 12 - SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS

São os recursos oriundos do Tesouro Nacional relacionados aos ativos que foram adquiridos pela Companhia a partir do exercício de 2008, e estão sendo reconhecidos como receita ao longo do período da vida útil do bem na mesma proporção de sua depreciação, de acordo com o pronunciamento contábil emitido pelo CPC nº 07. Os saldos estão apresentados a seguir:

	2012	2011
Aquisições	24.833	21.380
Receita realizada (acumulada)	(2.262)	(3.664)
	22.571	17.716

NOTA 13 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	2012	2011
Salários e encargos	2.071	3.533
Provisão de férias	14.105	9.978
	16.176	13.511

NOTA 14 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2012	2011
Tributos Federais	2.815	3.458
Tributos Estaduais	2	1
Tributos Municipais	3.323	3.843
	6.140	7.302

NOTA 15 - OBRIGAÇÕES COM CLIENTES

Compreende os valores recebidos por conta de eventos contratuais de fabricação e a receita é reconhecida na medida em que os eventos físicos de cada contrato são proporcionalmente concluídos, e estão divididos em circulante e não circulante.

	2012		2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Confab Industrial S/A	991	2.970	-	2.376
Centro Tecnológico da Marinha em SP - CTMSP	-	950	-	950
Empresa Brasileira de Engenharia - S/A	-	-	-	17.047
Empresa Brasileira de Solda Elétrica	320	707	-	94
Fundação Parque Alta Tecnologia	-	357	-	357
Indústrias Metalúrgicas Pescarmona - IMPSA	-	-	931	-
Indústrias Nucleares do Brasil - INB	1.034	-	1.234	-
Petrobras S/A	-	-	2.311	-
Eletronuclear Termonuclear S/A - Eletronuclear	6.527	-	14.307	-
Itaguaí Construções Navais	-	44.302	-	40.631
	8.872	49.286	18.783	61.455

NOTA 16 - EMPRÉSTIMOS INB

Concedido pela INB - Indústrias Nucleares do Brasil S/A em 09 de dezembro de 1992, remunerado pela TR e acrescido de juros de 12% a.a., sendo que a quitação deveria ser efetuada mediante pagamento através de prestação de serviços técnicos até 31 de dezembro de 1997 e o saldo remanescente deveria ser quitado em 8 (oito) prestações mensais sucessivas até 31 de agosto de 1998, no montante de R\$ 14.825 mil (2011: R\$ 13.173 mil). Como não houve recursos financeiros para quitação desta dívida, as empresas estão viabilizando uma nova proposta de pagamento.

NOTA 17 - PREVIDÊNCIA PRIVADA - NUCLEOS

	2012	2011
DÍVIDA CONSOLIDADA		
Circulante	13.525	12.534
Não Circulante	159.847	153.179
	173.372	165.713

A NUCLEP e o NUCLEOS firmaram em 21/11/2007 Termo de Transação, no valor de R\$ 120.111 mil, atualizado até 31/10/2007, homologado em juízo, consolidando as dívidas existentes, em conformidade com laudo pericial no âmbito do processo nº 2002.001.153437-3, junto da 30ª Vara Civil do Rio de Janeiro.

Este laudo pericial que serviu de base ao Termo de Transação reduziu a dívida em R\$ 112.813 mil na data-base de 31/12/2006.

Em 17/12/2007, foi realizado perante a 11ª Câmara Cível, o julgamento da apelação nº 2007.001.65700, interposta pela NUCLEP sobre o restante da dívida no valor de R\$ 112.813 mil e ficou decidido que o julgamento fosse convertido em diligência para a realização de nova perícia contábil.

O Termo de Transação já citado veio estabelecer novas condições de pagamento, quais sejam: 360 parcelas mensais, juros de 6% ao ano e atualização monetária pela variação do INPC e carência de 24 meses, determinando o pagamento da 1ª parcela em 02/12/2009.

NOTA 18 - PROVISÕES

A empresa mantém provisões em função de processos de ações trabalhistas, cíveis e tributárias, objetivando demonstrar prováveis perdas de causas judiciais a ser decidida contra a NUCLEP. Foram constituídas com base nos relatórios emitidos por consultores jurídicos da empresa e de acordo com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 25, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC e Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Dentre as ações de reclamações trabalhistas, constam diversos processos movidos pelos empregados da NUCLEP que, requer a retroatividade das perdas do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração - PCCR que foi implantado em novembro/2008, sem efeito retroativo. Os saldos dessas provisões são os seguintes:

	2012	2011
Ações trabalhistas	19.181	16.048
Ações cíveis	3.064	1.857
Ações tributárias	316	323
	22.561	18.228

As contingências classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente e estão assim representadas:

	2012	2011
Ações trabalhistas	25.817	5.989
Ações cíveis	4.174	261.293
	29.991	267.282

NOTA 19 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 - Capital Social
O capital subscrito e integralizado é de R\$ 61.210 mil, representado por ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 por cada uma, abaixo demonstrado:

Autorizado	183.524
A integralizar	(122.314)
Subscrito e integralizado	61.210

19.2 - Reserva de Reavaliação

No ano base de 2000 foi efetuada a reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado e neste exercício foram realizadas baixas no montante de R\$ 4.744 mil (2011: R\$ 4.745 mil).

NOTA 20 - RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2012	2011
Receitas financeiras		
Variações monetárias	289	135
Total das receitas financeiras	289	135
Despesas financeiras		
Variações monetárias	(643)	(1.329)
Juros, multas e taxas	(1.651)	(2.859)
Total das despesas financeiras	(2.294)	(4.188)
Resultado financeiro	(2.005)	(4.053)

NOTA 21 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga aos empregados e administradores, no mês de dezembro de 2012, foi de R\$ 11.198,49 (onze mil cento e noventa e oito reais e quarenta e nove centavos) e R\$729,58 (setecentos e vinte e nove reais e cinquenta e oito centavos) respectivamente (2011: R\$10.854,25 e R\$639,26).

O maior honorário atribuído aos administradores tomando por base o mês de dezembro de 2012, incluído na demonstração de resultado como despesas administrativas, foi de R\$ 25.558,69 (vinte e cinco mil quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta e nove centavos) (2011: R\$22.040,55).

NOTA 22 - PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A NUCLEP é Patrocinadora-Fundadora do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, tendo como demais patrocinadoras a Eletronuclear Termonuclear S/A - ELETRONUCLEAR, as Indústrias Nucleares do Brasil S/A - INB e o próprio Instituto, entidade fechada de previdência privada, que administra um programa de benefícios complementares aos do Regime Geral da Previdência Social para seus empregados e dirigentes, amparado por contrato solidário de responsabilidades firmado entre todas as partes.

O programa é mantido através de um Plano de Benefícios Definidos - BD, que visa garantir aos participantes uma renda vitalícia pós-emprego em níveis semelhantes à da atividade, quando somada à da previdência social. Dá cobertura, também, às aposentadorias por invalidez, especiais e o pagamento de pensões aos dependentes de participantes que vierem a falecer. Em 31 de dezembro a população vinculada ao programa era a seguinte:

	2012	2011
	Plano BD	Plano BD
1. Participantes ativos		
1.1. Participantes - nº	896	798
1.2. Idade Média	38,1	38,5
1.3. Serviço Creditado (total)	11,3	11,9
1.4. Tempo para Aposentadoria	18,1	21,9
1.5 Salário Médio em R\$	6.723,35	5.860,09
2. Aposentados		
2.1. Participantes Aposentados - nº	135	135
2.2. Idade Média	62,4	61,2
2.3. Benefício Médio em R\$	2.864,88	2.463,23
3. Pensionistas		
3.1. Participantes Pensionistas - nº	45	42
3.2. Idade Média	56,5	57,4
3.3. Benefício Médio em R\$	1.811,09	1.818,85
População Total	1.076	975

Ao adotar os procedimentos contábeis recomendados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, especialmente pela Deliberação CVM nº 600/2009, a NUCLEP procedeu à avaliação atuarial independente das obrigações decorrentes desse programa de benefício pós-emprego, através da empresa ASSISTANTS LTDA - Registro CIBA nº 68, cujos resultados são abaixo expostos.

A avaliação independente é baseada no regime de capitalização sob o método da Unidade de Crédito Projetada e pode diferir daquela que é periodicamente realizada pela administração do programa, cujas bases seguem a legislação setorial específica da previdência complementar, demonstradas a seguir:

	2012	2011
ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES		
Obrigações com Benefícios Projetados no Início do Exercício	221.575	215.882
Custo do Serviço	8.082	5.708
Custo dos Juros	20.844	21.156
Benefícios pagos/adiantados	(7.645)	(1.834)
(Ganhos) ou Perdas atuariais	158.551	(19.337)
Obrigações com Benefícios Projetados no Fim do Exercício	401.407	221.575

ALTERAÇÕES NOS ATIVOS FINANCEIROS

	2012	2011
Valor justo dos ativos no início do exercício	219.332	238.384
Retorno esperado dos investimentos	22.542	22.542
Contribuições patronais	7.888	3.717
Contribuições de participantes	6.196	2.940
Benefícios pagos/adiantados	(7.645)	(1.834)
Ganhos (ou Perdas) Atuariais	88.181	(46.417)
Compensação de quotas	-	-
Valor justo dos ativos no fim do exercício	336.494	219.332
ESTADO DE COBERTURA NO FINAL DO EXERCÍCIO	(64.913)	(2.243)

A NUCLEP subscreveu um contrato de confissão de dívida junto ao NUCLEOS para garantir a reposição de aportes vencidos. A Companhia optou pelo registro contábil desse contrato cujo saldo, em 31/12/2012, é de R\$ 173.372 (nota 17), portanto superior à insuficiência acima demonstrada, como recomendada.

NOTA 23 - COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas que possam impactar em prejuízos ao patrimônio da NUCLEP. As coberturas estão assim distribuídas:

	Cobertura de Seguros	Riscos Cobertos	Cobertura R\$
Seguro			
Estoque e Imobilizado		Incêndios e riscos diversos	117.362
Diretores e conselheiros		Responsabilidade civil	10.000
Veículos		Colisão, incêndio, roubo	506
Viagem/Permanência de funcionários a serviço no exterior		Responsabilidade civil	4.000
		Viagem (por segurado)	76
		Funcionários	25
Seguro de vida em grupo		Alunos	7

NOTA 24 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO

Em 16 de dezembro de 1997 a NUCLEP firmou o contrato C-291/AB-001 para arrendamento do Terminal Marítimo e parte das instalações de sua propriedade, com a empresa TMC - Terminal Multimodal de Coroa Grande SPE S/A, para administração, exploração e operação do Terminal Portuário. Durante a evolução do contrato, alguns investimentos que estavam previstos não foram realizados e a TMC deixou de honrar parte dos compromissos financeiros contratuais.

Na tentativa de não denunciar o contrato, a NUCLEP pactuou 5 (cinco) aditamentos com o objetivo de viabilizar o saldo a receber e consequentemente refazer o plano de recebimento incluindo as novas obrigações assumidas pela arrendante. Entretanto, a TMC continuou inadimplente, levando a NUCLEP em 29 de junho de 2004 a ingressar em juízo com Ação de Cobrança cumulada com pedidos de rescisão contratual e reintegração de posse do terminal portuário. Finalmente, em 27 de março de 2009, após o trânsito em julgado da sentença proferida no juízo arbitral, a NUCLEP ganhou a reintegração de posse do terminal e da área retro portuária, mas, quanto à dívida, teve que ingressar com ação de Execução de Títulos Extrajudiciais, distribuída na 36ª Vara Cível da Comarca de Capital - RJ e resta aguardar nova decisão.

A NUCLEP, por

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Diretores da

NUCLEBRÁS EQUIPAMENTO PESADOS S.A. - NUCLEP

Itaguaí - RJ

Examinamos as Demonstrações Financeiras da **Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais Notas Explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da **Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP** é responsável pela preparação e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a preparação de Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a preparação e adequada apresentação das demonstrações financeiras da **Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP** para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da **Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP**.

A auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

a) Como parte dos nossos exames das Demonstrações Contábeis, examinamos também a Reelaboração e reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011, conforme a Nota Explicativa nº 2, que foi efetuada em função da "retificação de erros" nas Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao Balanço patrimonial de 31 de Dezembro de 2011 e ao exercício findo naquela data anteriormente também por nós auditadas e já divulgadas. Examinamos a documentação de suporte para as citadas retificações. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

b) Verificamos que, em concordância com a legislação vigente, a **Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP** procedeu o reconhecimento e a contabilização do terreno onde está situada a sua sede, e que, conforme **NOTA EXPLICATIVA Nº 10**, está registrado no Ativo Imobilizado da **Indústrias Nucleares do Brasil - INB**, situação esta pendente de regularização desde 1988, ocasião em que as ações da **Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP** foram transferidas para a **Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN**, que também é acionista majoritária da **Indústrias Nucleares do Brasil - INB**. Este procedimento foi objeto de estudo e emissão de **Parecer Técnico** específico.

c) Foi acrescido no Ativo Imobilizado, como também consta **NOTA EXPLICATIVA Nº 10**, o valor de R\$ 16.310 mil (dezesseis milhões e trezentos e dez mil reais), referente à contabilização, após nova avaliação de mercado, da reversão da redução do Valor Recuperável de Ativo contabilizada em 2009, referente ao **TERRENO ITACURUÇÁ**.

Outros Assuntos: Demonstração do valor adicionado:

Examinamos, também, a Demonstração do valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia. Essas Demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2013

INDEP AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-RJ 0329 - CNPJ: 42.464.370/0001-20

Sergio Paulo da Silva - Sócio - *Contador CRC-RJ 087960/O-0*

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores acionistas

O Conselho Fiscal da **Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A., NUCLEP**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, à vista do Parecer dos

Auditores Independentes INDEP - Auditores Independentes S/S, de 13 de março de 2013, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da **NUCLEP**.

Rio de Janeiro, RJ, 4 de abril de 2013

ALEXANDRE NAVARRO GARCIA
Presidente do Conselho

ARQUIMEDES DIOGENES CILONI
Conselheiro

CINTHIA DE FATIMA ROCHA
Conselheira

BALANÇO SOCIAL - INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

	2012		2011	
	R\$ Mil	Distrib %	R\$ Mil	Distrib %
1 - GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA - DVA				
Empregados	140.305	83,3%	85.355	102,7%
Governo	7.671	4,6%	8.653	10,4%
Financiadores	9.777	5,8%	13.024	15,7%
Acionistas	10.685	6,3%	(23.939)	-28,8%
Total	168.438	100,0%	83.093	100,0%

	2012		2011	
	R\$ Mil		R\$ Mil	
2 - BASE DE CÁLCULO DOS INDICADORES				
Receita Líquida (RL)	302.807		239.139	
Resultado Líquido do Exercício (RLE)	10.685		(23.939)	
Folha de Pagamento Bruta (FPB) (Remuneração + Encargos)	140.305		117.341	

	2012			2011		
	R\$ Mil	% sobre RH	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre RH	% sobre RL
3.1 - REMUNERAÇÃO BRUTA						
Empregados	95.257	56,8%	31,5%	81.988	57,9%	34,3%
Administradores	1.137	0,7%	0,4%	1.018	0,7%	0,4%
Total	96.394	57,5%	31,8%	83.006	58,7%	34,7%

	2012			2011		
	R\$ Mil	% sobre RH	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre RH	% sobre RL
3.2 - ENCARGOS SOCIAIS						
	43.911	26,2%	14,5%	34.335	24,3%	14,4%

	2012		2011	
	R\$ Mil	% sobre RH	R\$ Mil	% sobre RH
3.3 - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS				
Alimentação	4.008	2,4%	3.308	2,3%
Transporte	7.760	4,6%	8.153	5,8%
Previdência Privada	7.755	4,6%	4.506	3,2%
Assistência Médica e Odontológica	5.356	3,2%	4.568	3,2%
Segurança e Medicina do Trabalho	1.199	0,7%	1.317	0,9%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	950	0,6%	2.075	1,5%
Seguro de Vida em Grupo	190	0,1%	108	0,1%
Outros Benefícios	132	0,1%	122	0,1%
Total	27.350	16,3%	24.157	17,1%
TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	167.655	100,0%	141.498	100,0%

	2012		2011	
	R\$ Mil		R\$ Mil	
RELAÇÃO ENTRE A MENOR E A MAIOR REMUNERAÇÃO				
Empregados	11,2	1,0	10,8	1,0
Administradores	25,6	-	22,0	-

	2012		2011	
3.4 - COMPOSIÇÃO DO CORPO FUNCIONAL				
Total de empregados ao final do exercício	999		848	
Total de admissões durante o exercício	175		83	
Total de demissões durante o exercício	26		38	
Total de estagiários ao final do exercício	22		35	
Total de prestadores de serviço terceirizados ao final do exercício	159		71	
Total de empregados com necessidades especiais ao final do exercício	1		1	
Total de negros que trabalham na Empresa	451		351	
Percentual de cargos de chefia ocupados por negros	18,4%		13,6%	
Total de empregados por sexo:				
. Feminino	189		144	
. Masculino	810		704	
Percentual de ocupantes de cargos de chefia por sexo:				
. Feminino	18,4%		22,7%	
. Masculino	81,6%		77,3%	

	2012	2011
Total de empregados por faixa etária:		
. menores de 18 anos	-	1
. de 18 a 35 anos	449	347
. de 36 a 45 anos	156	133
. de 46 a 60 anos	341	332
. acima de 60 anos	53	35

	2012	2011
Total de empregados por nível de escolaridade:		
. analfabetos	-	-
. com ensino fundamental	164	100
. com ensino médio	457	400
. com ensino técnico	138	128
. com ensino superior	205	190
. pós-graduados	35	30

	2012	2011
AÇÕES TRABALHISTAS MOVIDAS CONTRA A EMPRESA		
Número de processos trabalhistas movidos contra a empresa (un)	130	114
Número de processos trabalhistas julgados procedentes (un)	2	11
Número de processos trabalhistas julgados improcedentes (un)	5	4
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação judicial (R\$ Mil)	18.735	6.121

	2012	2011
	R\$ MIL	R\$ MIL
4 - INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM O AMBIENTE EXTERNO		
4.1 - RELACIONADOS COM A COMUNIDADE		
Total de investimentos/gastos em:		
Educação	5.282	4.048
Transporte	799	908
Alimentação	616	672
Total relacionamento com a comunidade	6.697	5.628

	2012	2011
4.2 - INTERAÇÃO COM OS CLIENTES		
Número de reclamações recebidas diretamente na empresa	-	-
Número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor	-	-
Número de reclamações recebidas por meio da justiça	-	-
Número de reclamações atendidas em cada instância arrolada	-	-
Montante de multas e indenizações pagas a clientes	-	-
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações	-	-

	2012	2011
	R\$ MIL	R\$ MIL
4.3 - INTERAÇÃO COM OS FORNECEDORES		
Como critério de responsabilidade social na seleção dos fornecedores, são exigidos os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Empresa		

	2012	2011
	R\$ MIL	R\$ MIL
5 - INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE		
Investimentos e gastos relacionados com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	599	350
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	10	167
Investimentos e gastos com a educação para empregados, e administradores da entidade	9	14
Passivos contingenciais	-	-
Total da interação com o meio ambiente	618	531

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas
NUCLEBRÁS EQUIPAMENTO PESADOS S.A - NUCLEP
Itaguaí - RJ

ASSUNTO:
Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes relacionado com informações sobre sustentabilidade e responsabilidade social

1 - Introdução
Fomos contratados pela **Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP** para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre a compilação das Informações socioambientais constantes no Balanço Social da **Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

2 - Responsabilidades da administração da Companhia
A administração da **Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP** é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações socioambientais constantes no Balanço Social de acordo com os critérios do *Global Reporting Initiative (GRI-G3.1)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

3 - Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações socioambientais constantes no Balanço Social, com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01/12, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e elaborado tomando por base a NBC TO 3000 – Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações socioambientais constantes no Balanço Social, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes. Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente de indagações à administração da Companhia e outros profissionais da Companhia que estão envolvidos na elaboração das informações socioambientais constantes no Balanço Social, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que nos possibilite concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o leve a acreditar que as informações socioambientais constantes no Balanço Social, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes. Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações socioambientais constantes no Balanço Social e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas onde distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

(a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações socioambientais constantes no Balanço Social da **NUCLEP**;

(b) o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores por meio de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;

(c) a aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados nas informações socioambientais constantes no Balanço Social; e

(d) o confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações contábeis e/ou registros contábeis. Os trabalhos de asseguração limitada compreenderam, também, a aderência às diretrizes e critérios da estrutura de elaboração do *Global Reporting Initiative (GRI-G3.1)* aplicável na elaboração das informações socioambientais constantes no Balanço Social.

Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

4 - Alcance e limitações
Os procedimentos aplicados no trabalho de asseguração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados no trabalho de asseguração que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações socioambientais constantes no Balanço Social. Conseqüentemente, não nos possibilitam obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em trabalho de asseguração que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações socioambientais constantes no Balanço Social. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações. Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada à natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

5 - Conclusão
Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações socioambientais constantes no Balanço Social não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes do *Global Reporting Initiative (GRI-G3.1)*.

Rio de Janeiro, 03 de Abril de 2013

INDEP AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-RJ 0329 CNPJ:42.464.370/0001-20

Sergio Paulo da Silva
Sócio
Contador CRC-RJ 087960/O-0